



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

SÍLVIA PINHEIRO FERREIRA

O tempo do rio: memórias do trabalho na comunidade Mamangal Grande, Pará

Belém
2026

SILVIA PINHEIRO FERREIRA

O tempo do rio: memórias do trabalho na comunidade Mamangal Grande, Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural, do Museu Paraense Emílio Goeldi como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Diversidade Sociocultural.

Orientadora: Professora Dra. Nádia Farage

Data de avaliação: 26/02/2026

Banca Examinadora:

Profa Dra Nádia Farage (PPGDS - MPEG) – Orientadora

Prof.Dr. Paulo Santilli (FCL - UNESP)

Prof.Dr. Márcio Meira (PPGDS - MPEG)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o ISBD
Serviço de Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi
Gerada mediante os dados fornecidos pelo autor**

F383s Ferreira, Sílvia Pinheiro
 O tempo do rio: memórias do trabalho na comunidade Mamangal Grande, Pará./ Sílvia Pinheiro Ferreira. - Belém, 2026.

 95f.: il. color.

 Orientador(a): Profa. Dra. Nádia Farage

 Dissertação (Mestrado) - Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural - PPGDS, Belém, 2026.

 1. Narrativas. 2. Memória social. 3. Trabalho. 4. Comunidade ribeirinha
 5. Mamangal Grande. I. Farage, Nádia. II. Título.

CDD 20 ed. 306.08

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Meneleu Nascimento Ferreira e Arlete Pinheiro Ferreira, pelo apoio constante, que me possibilitou chegar até aqui. Ao meu marido Josias Fonseca Ferreira e meus filhos Jean Ferreira e Murilo Ferreira, por me compreenderem, quando precisei me ausentar. Agradeço ao PPGDS, que abrigou esta pesquisa, aos docentes e colegas e, em especial, a minha orientadora Profa. Dra. Nádia Farage, por ter aceito o desafio de me orientar, compreendendo sempre minhas particularidades, sendo peça fundamental para a conclusão deste estudo. E agradeço, acima de tudo, aos interlocutores desta pesquisa, moradores de Mamangal Grande, que, generosamente, compartilharam suas memórias comigo.

“A memória coletiva é o elo que une passado e presente, mantendo viva a identidade de uma comunidade.”

Maurice Halbwachs

RESUMO

Este estudo tem como objetivo reunir relatos da comunidade ribeirinha Mamangal Grande, localizada no Município de Igarapé-Miri (PA), com ênfase para a memória do trabalho na comunidade. Nas experiências vividas pelos moradores mais antigos, o estudo visa a sublinhar a articulação entre as práticas produtivas, a vida cotidiana e os saberes tradicionais na composição da memória social. Nesse sentido, a pesquisa busca a experiência social do trabalho, fundamental para a construção da memória coletiva nesta comunidade ribeirinha.

Palavras-chave: Narrativas; Memória social; Trabalho; Comunidade ribeirinha; Mamangal Grande.

ABSTRACT

This study aims to gather reports from the Mamangal Grande riverside community, located in the municipality of Igarapé-Miri (PA), with an emphasis on the memory of community work. In the experiences lived by older residents, the study aims to highlight the connection between productive practices, everyday life and traditional knowledge in the composition of social memory. In this sense, the research seeks the social experience of work, fundamental for the construction of collective memory in this riverside community.

Keywords: Narratives; Social Memory; Work; Riverside community; Mamangal Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1 -	Mapa do Pará e localização do município de Igarapé-Miri, onde se encontra a localidade Mamangal, Pará.	20
Figura	2 -	Mapa distrital do município de Igarapé-Miri.	20
Figura	3 -	Entrada do Rio Mamangal Grande	21
Figura	4 -	Localização da Comunidade Mamangal Grande	22
Figura	5	Localização do PAE Ilha Mamangal, no município de Igarapé, Miri, Pará	24
Figura	6	Utensílios de barro	29
Figura	7	Imagem do Engenho São João no Rio Furo do Seco de Igarapé-Miri-PA.	32
Figura	8-	Batelões utilizados para o transporte da cana	33
Figura	9	Garrafão com capacidade de 36 litros de cachaça	34
Figura	10	Maromba	36
Figura	11	Forno de Olaria	37
Figura	12	Fabriquetas	39
Figura	13	Picadeiro	40
	14	Refinamento	41
Figura	15	Reaproveitamento do palmito (Picado)	41
Figura	16	Enchimento no vasilhame	42
Figura	17	Tanque de cozimento	42
Figura	18	Rasas e basquetas	43
Quadro	1 -	Ciclo produtivo do açaí na várzea de Igarapé-Miri	44
Figura	19	Colheita do açaí da palmeira (Pecunheiro)	45
Figura	20	Processo de debulhagem do fruto do açaí	46
Figura	21	Porto Regional do Açaí (localizado na comunidade Santo Antônio)	47

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
I	LUGARES DE MEMÓRIA	18
1	Localização da Comunidade Mamangal Grande no município de Igarapé-Miri/ PA	19
2	Projeto de Assentamento ilha Mamangal – PAE	23
3	Práticas produtivas: breve balanço	25
II	EXPERIÊNCIAS VIVIDAS	49
1	Carlos Quaresma (81 anos), Rio Mamangal-Grande	53
2	Domingos dos Santos (87 anos), Rio Mamangal-Grande	65
3	Maria das Graças Santos, 77 anos, Rio Mamangal Grande	75
4	João de Souza Paiva (João Boi), 90 anos	85
5	Arlete Pinheiro Ferreira, (78 anos), Rio Mamangal Grande	92
III	CONSIDERAÇÕES GERAIS	99
IV	REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Este estudo reúne narrativas de homens e mulheres mais velhos da comunidade ribeirinha Mamangal Grande, localizada no município de Igarapé-Miri, no estado do Pará, de modo a registrar a memória social, com foco no trabalho e nas práticas produtivas locais. Marcada pelo extrativismo, a comunidade Mamangal Grande constitui um exemplo significativo de como as práticas produtivas locais se relacionam com saberes tradicionais e, de modo mais amplo, com a experiência social. O registro das memórias contadas por moradores com mais de 70 anos da comunidade Mamangal Grande revela uma riqueza de conhecimento construído numa relação coletiva, evidenciando laços que fortalecem a identidade e o pertencimento ao território.

A pesquisa se desenvolveu em três momentos: o primeiro constituiu-se de levantamento bibliográfico e das leituras identificadas como necessárias para a construção do quadro de referência. Com base nas leituras, empreendi um *survey* dos processos vividos pela comunidade, utilizando, para isso, dados quantitativos levantados junto ao IBGE, à Prefeitura de Igarapé-Miri e junto às associações locais representativas das atividades produtivas.

Um terceiro momento foi o do registro de narrativas de moradores mais velhos na comunidade ribeirinha Mamangal Grande. Outros autores Agostinho Oliveira (1899); Odirfax Pureza (2010 e 2022); J. Santiago (2013); Cesarina Lobato e Crisálida Soares (2022) estudaram as origens do município, mas não o de Mamangal-Grande, em particular. O recorte proposto no presente estudo enfatiza, entretanto, a memória social. Os temas que compareceram no diálogo com os mais velhos da comunidade versam, fortemente, sobre o cotidiano do trabalho, as práticas produtivas locais em seu contexto social e ecológico, bem como as transformações percebidas no território, ao longo de sua trajetória de vida. Trazem, assim, uma perspectiva sobre a história econômica do município de Igarapé-Miri e, mais do que isso, compõem a história de uma comunidade ribeirinha, de interesse para a historiografia amazônica, em especial para a história do trabalho na Amazônia.

É interessante frisar, que devido à rica biodiversidade na região amazônica, ela esteve sempre propícia à exploração de seus recursos naturais, principalmente quando se refere à geração de lucros. Os grandes ciclos econômicos impactaram a população ribeirinha, marcaram negativamente a vida de trabalhadores e

trabalhadoras, devido às condições de exploração de trabalho: a extração da madeira, a exploração da borracha, cana de açúcar, a extração do palmito, o plantio e colheita do açaí e outras.

A região amazônica experimentou um modelo de economia de exportação essencialmente extrativista, variando entre produtos extraídos, ciclos de exploração, estando também atreladas a algumas limitações como: mão de obra, esgotamento dos recursos explorados em determinado período, além de substituição do produto por plantações em outras regiões (GOMES, 2018).

A exploração do trabalho é marca viva na memória de moradores da comunidade Mamangal Grande, que vem à tona em uma diversidade de testemunhos e experiências, cuja inteligibilidade se encontra no campo histórico e social. A fala, o desabafo, o relato de um tempo vivido de forma marcante, transforma-se em um documento para ser analisado e estudado nesta pesquisa.

Este estudo privilegia uma abordagem qualitativa, com ênfase na escuta e valorização de relatos orais como principal fonte de informação, tendo como características principais o envolvimento direto da autora com o tema investigado, moradora que é da comunidade, e das pessoas, atores que, por meio de narrativas, compartilham conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória. Como define Chizzotti (2006, p. 78), a pesquisa qualitativa “[...] parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto”. Segundo o autor, na pesquisa qualitativa, há um vínculo entre o mundo e a subjetividade do indivíduo. O conhecimento não se constrói de dados isolados, onde o sujeito observador é parte fundamental na construção e interpretação dos fenômenos observados, podendo registrar fatos e atribuindo-lhes significados. O objeto da pesquisa está repleto de significados e relações criadas a partir das ações de sujeitos concretos.

O trabalho pioneiro de E.Bosi (1994) desdobrou, entretanto, tal perspectiva metodológica, valorizando o testemunho em si na configuração da memória social. Inspirando-se na autora, este estudo parte do entendimento de que a memória social é construída coletivamente, por experiências vividas, contadas e transmitidas entre gerações, sendo, portanto, essencial ouvir os sujeitos da comunidade para compreender a história local. Mais do que instrumentos de pesquisa, os relatos aqui coligidos pretendem um registro de testemunhos locais.

I
LUGARES DA MEMÓRIA

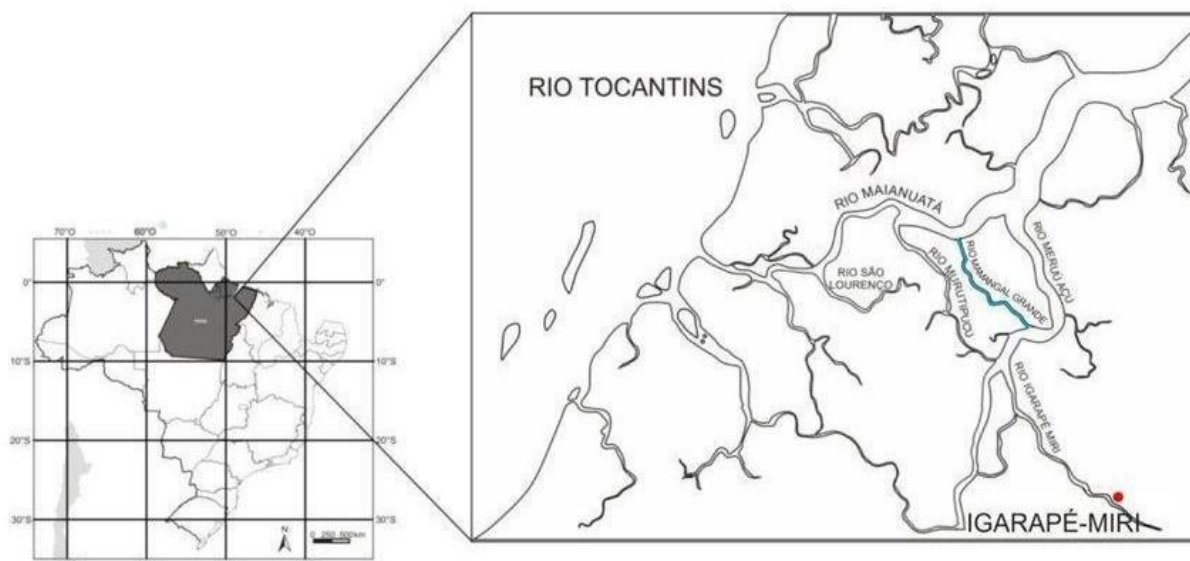
Este capítulo apresenta os elementos fundamentais da história da comunidade ribeirinha Mamangal Grande, buscando situar o leitor no contexto em que se constroem as experiências, os modos de vida e as relações que dão sentido ao território. A partir dos relatos dos moradores, a história da comunidade é compreendida como um processo vivido e compartilhado, no qual memória e cotidiano se entrelaçam, revelando a forma como o lugar foi sendo constituído ao longo do tempo.

Ao introduzir o ambiente físico, cultural e produtivo de Mamangal Grande, esta seção destaca a estreita relação entre a comunidade, o rio e as práticas que sustentam a vida local. O território é apresentado não apenas como espaço geográfico, mas como espaço de pertencimento, marcado pelo trabalho, pelos saberes tradicionais e pelas relações sociais que fortalecem a identidade coletiva e preservam a memória da comunidade.

1 Localização da Comunidade Mamangal Grande no município de Igarapé-Miri/PA

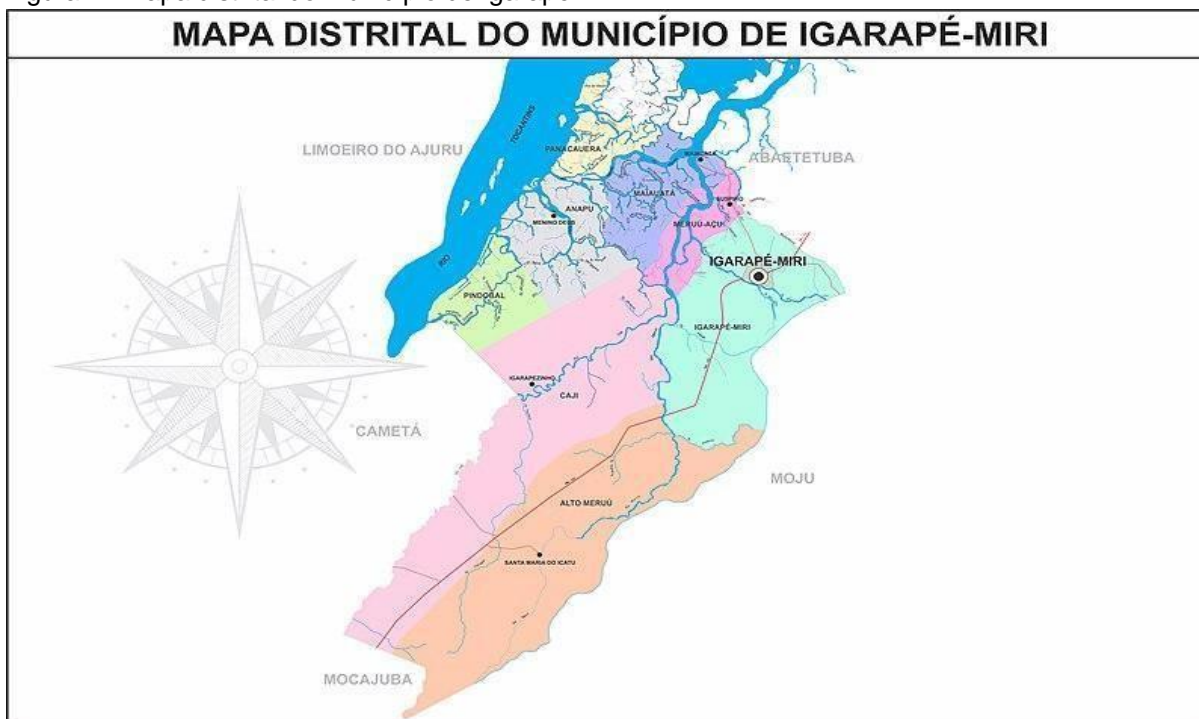
O município de Igarapé-Miri está geograficamente situado à margem direita do rio Igarapé-Miri, integrando a zona fisiográfica Guajarina, na região do Baixo Tocantins, no estado do Pará. Localiza-se a aproximadamente 140 km da capital Belém, inserindo-se em um contexto regional marcado pela forte presença dos rios e pela dinâmica socioambiental amazônica. De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui área territorial de 1.996,798 km² e população estimada em 69.446 habitantes em 2025, evidenciando crescimento em relação ao Censo Demográfico de 2022, que registrou 64.831 moradores. A densidade demográfica aproximada é de 32,47 habitantes por km², refletindo uma ocupação distribuída entre áreas urbanas e rurais. Atualmente, a comunidade é composta por 147 famílias, que praticam a pesca, a agricultura e a coleta do açaí.

Figura 1 - Mapa do Pará e localização do município de Igarapé-Miri, onde se encontra a localidade Mamangal, Pará



Fonte: Crédito: E.Q. dos Santos et al., Scientia Plena 15, 051202 (2019).

Figura 2 - Mapa distrital do município de Igarapé-Miri



Fonte: Casa da Cultura de Igarapé Miri (2022)¹.

A comunidade Mamangal Grande deve seu nome a uma abelha do gênero científico *Bombus*, que incluía numerosas espécies, como a *Bombus terrestris*, de ampla distribuição tanto no Brasil quanto em Portugal, conhecida como mangava ou

¹ Obtido em setembro de 2022.

mangangava. A origem mítica da denominação Mamangal é contada pelos moradores mais antigos; foi, ainda, registrada na “Chronica de Igarapé-Miry” , de Agostinho Monteiro Gonçalves de Oliveira, em 1899, e é discutida por autores recentes como Pureza (2010) e Santos (2017). Refere-se à multitude dessas abelhas na região como vingança pela traição entre irmãos. Gonçalves de Oliveira fornece registro romantizado do mito, atribuindo-lhe origem indígena, sem especificar etnia.

É interessante notar, entretanto, que os autores recentes apontam a presença histórica, sazonal, das abelhas na terra firme à margem do igarapé Aíca, localizado entre os rios Mamangal Grande e Mamangal Miri. Segundo Pureza (2010), no local onde existia mata preservada, hoje encontram-se plantações de mandioca. Por esse motivo, afirma que: “A impressão que me dá é de que com a derrubada da mata para o plantio da mandioca, os mamangais perderam o senso de localização espelhando-se então, em pequenos grupos pelo espaço da pequena plantação.” (PUREZA, 2010, p. 10).

Figura 3 - Entrada do Rio Mamangal Grande

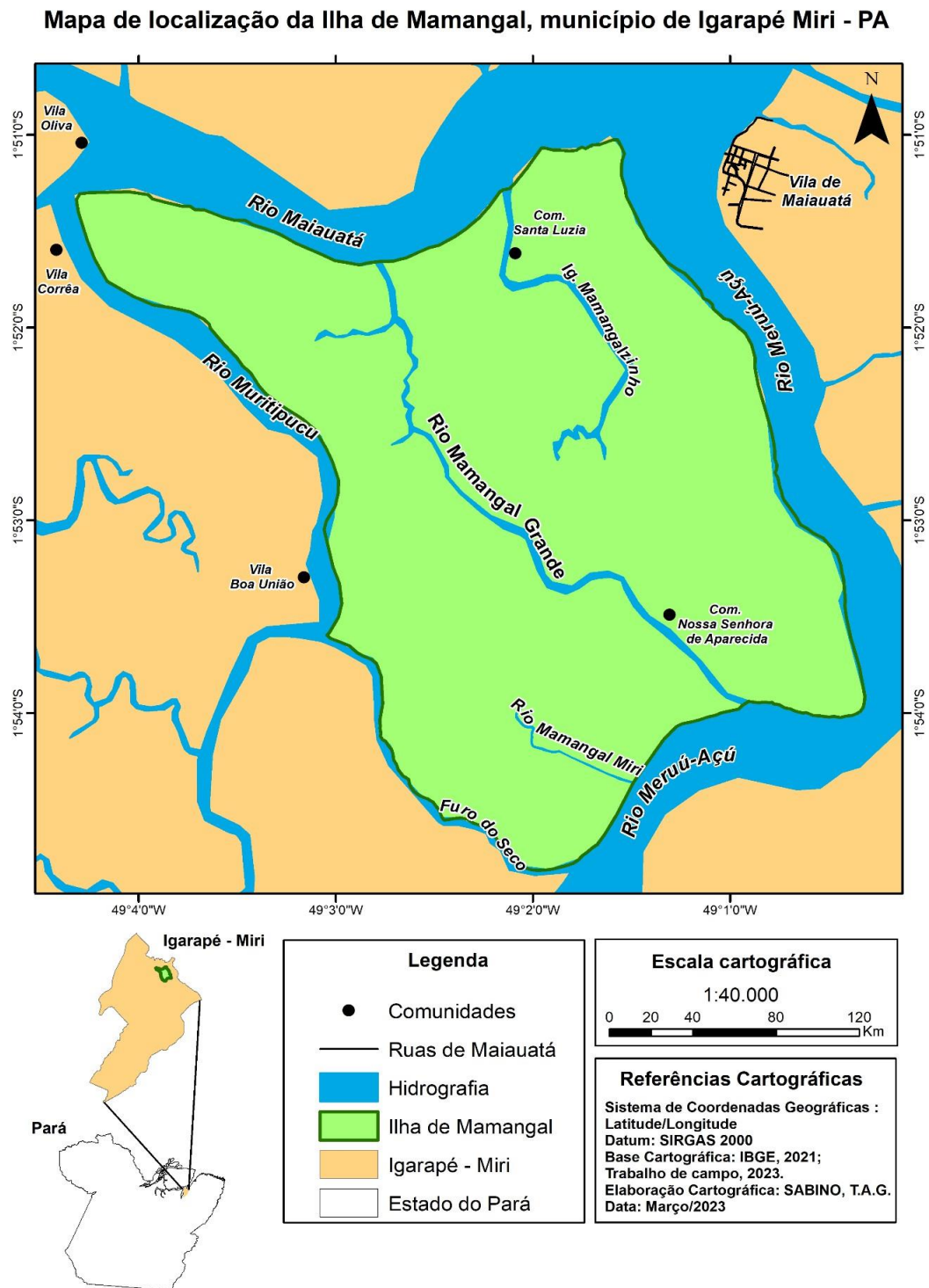


Crédito: Ferreira (2022).

A Comunidade Mamangal Grande está localizada no distrito Meruú-Açu, município de Igarapé-Miri-Pará, sendo uma das comunidades que compõem o

Assentamento Ilha Mamangal (Figura 4). Antigamente, Mamangal Grande era chamado de Mamangal Assú. Além do Mamangal Grande, duas outras comunidades compõem o assentamento, a saber, Mamangalzinho e Mamangal-Miri.

Figura 4 - Localização da Comunidade Mamangal Grande



Fonte: Mapa elaborado por T.A.G. Sabino (2023).

O Rio Mamangal Grande é um pequeno afluente da margem direita do Rio Meruú. Da bacia deste rio fazem parte vários igarapés, que são fundamentais para a caça, a pesca e o escoamento dos produtos da agricultura, além de dar acesso às outras comunidades. Os principais são:

- Marcolino, que dá acesso para o Igarapé Açú e deste ao Rio Meruú- Açú;
- Guariba;
- Tantin, que dá acesso ao Mamangal Miri;
- Puxador, que dá acesso ao Rio Mamangalzinho;
- Telheiro, que dá acesso ao Mamangal Miri;
- Furo Grande, que dá acesso ao Rio Mamangalzinho;
- Santo Antônio;
- Furinho, que dá acesso ao furo do Valério e deste ao Rio Murutipucu e ao Igarapé-Santana;
- Menês.

2 Projeto de Assentamento ilha Mamangal – PAE

Como em outras partes do país, a regularização fundiária do Assentamento Ilha Mamangal resultou de um processo árduo de luta parlamentar na esfera estadual e nacional, além da ação direta de trabalhadores e trabalhadoras ocuparam as sedes do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa luta se estendeu até o ano de 2005, quando foi firmado acordo entre INCRA e Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para a criação de Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) no município (Figura 5).

Como estratégia, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Igarapé-Miri, a partir do termo de cooperação feito com a ajuda do financiamento concedido pelo Governo da Itália, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e membros do STR de Abaetetuba. Por meio do georreferenciamento das 100 ilhas localizadas no município, fez-se um trabalho de junção das áreas, organizando-as em apenas 11 projetos de PAE para dar entrada ao processo de regularização das várzeas de Igarapé-Miri.

atividades agroextrativistas, complementares para subsistência da família e comercialização do excedente, observando os limites de respeito, os usos, os costumes e as tradições da comunidade local (INCRA, 2010, p. 131).

Os moradores da comunidade Mamangal Grande são membros da Associação Assentados da Ilha Mamangal de Igarapé-Miri, que contempla as comunidades: Rio Mamangal Grande, Rio Mamangalzinho, Rio Mamangal Miri e adjacentes.

No início das atividades da Associação, muitos moradores da comunidade Mamangal Grande foram beneficiados, recebendo através de programas do INCRA benefícios sociais como habitação, instrumentos e financiamento.

3 Práticas produtivas: breve balanço

Os estudos relativos ao município de Igarapé-Miri, realizados por autores locais como Lobo e Pimentel (2021), Araújo (2015), Lobato (2007) e Santiago (2013), enfatizam a ocupação territorial principalmente por meio do extrativismo da madeira e da borracha, que se fez acompanhar pelo cultivo da cana-de-açúcar e do açaí, em diferentes períodos históricos. Lobo e Pimentel (2021), em suas pesquisas sobre a formação socioespacial de Igarapé-Miri e seu significado na rede urbana do Baixo Tocantins, levantou informações referentes a cinco períodos econômicos marcados na história de Igarapé-Miri. A exploração da madeira teve dois períodos: o primeiro, no início do século XVIII, e o segundo, de 1950 a 1980. O cultivo da cana e a produção de açúcar perduraram de meados do século XVIII a 1970. Ao final do século XIX, consolidou-se, ainda, a produção da cachaça, que se destacou de 1920 a 1970. Por fim, o autor aponta atividade extrativista recente, com a expansão e comercialização do açaí, a partir do ano de 2000.

A primeira atividade econômica de expressão na região de Igarapé-Miri foi, portanto, a exploração da madeira. De acordo com Pureza (2010) e Araújo (2015), a povoação de Igarapé-Miri estabeleceu-se com a extração de madeira, no período colonial. Mais tarde, ao tempo do Império, foi estabelecida uma unidade para beneficiamento de madeira denominada de Fábrica Nacional, que pertencia ao grupo de Fábricas Nacionais da Província do Grão-Pará.

Nas Fábricas Nacionais eram beneficiadas madeiras em grande quantidade; as de melhor qualidade eram embarcadas para Belém, onde alcançavam preço melhor. A Fábrica Nacional foi fundamental para a economia e para o povoamento local, reconhecida pela quantidade e qualidade da madeira que produzia.

A exploração da madeira provocou o desmatamento de uma grande área, em que a floresta não se recobrou, formando campos, ao longo do tempo. Nesses campos começaram a ser cultivadas várias espécies de vegetais, sendo que algumas eram cultivadas para a comercialização e outras para atender o consumo da população local. A cana-de-açúcar foi uma dessas espécies cultivadas nesses campos para a comercialização. No entanto, a exploração da madeira persistiu. Segundo Lobo e Pimentel (2021:12):

Esse recurso natural nunca deixou de ser explorado no município, mas durante os períodos econômicos do açúcar e da cachaça esse recurso não era a principal fonte econômica. À medida que os senhores de engenhos acumulavam capital, eles começaram a investir em outras atividades, como: olarias, comércios, barcos para viagens, lavouras e, principalmente, serrarias.

Assim, até meados do século XX, era comum que pequenas serrarias fossem construídas ao lado dos grandes engenhos, para beneficiamento da madeira, utilizando, muitas vezes, a mesma mão de obra. A partir dos anos 80 e, sobretudo, com a promulgação da Lei dos Crimes Ambientais ao final dos anos 90 (Lei Federal 9605/98), o Estado passou a conceder maior proteção à floresta e, conseqüentemente, coibir o desmatamento, levando ao declínio da exploração madeireira na região.

A região foi, ainda, atingida pela extração da borracha, a partir do final do século XIX. Como extensamente tratado pela historiografia, a economia da borracha foi responsável por transformar profundamente a Amazônia, trazendo riqueza, modernização, urbanização e avanços arquitetônicos, sociais e culturais. Segundo B. Weinstein (1993), o ciclo da borracha integrou a região ao mercado mundial e promoveu avanços urbanos significativos, mas manteve relações de trabalho altamente desiguais, com seringueiros submetidos a condições de vida e trabalho extremamente difíceis, muitas vezes dependentes do sistema de aviamento imposto pelos seringalistas.

Segundo M. Meira (2018), o sistema de aviamento constituiu, historicamente, uma hierarquia complexa econômica, social e política por toda a Amazônia. Sua face

mais evidente é a antecipação de créditos que, calcada na assimetria entre trabalhadores, comerciantes e proprietários, finda na escravização por dívidas.

O sistema de aviamento, como vimos, não se restringe à combinação da ação de condução, pelos comerciantes, de mercadorias industrializadas aos sertões e seu escambo com os produtores da floresta. Para a sua constituição é necessário que esse escambo seja feito através do adiantamento a crédito das mercadorias, e conseqüentemente, instituindo a dívida correspondente. (MEIRA, 2018, p. 89).

Esse modelo de organização do trabalho, segundo R.Santos, (1980) cria relações duradouras de dependência que limitam a autonomia dos trabalhadores e atravessam historicamente as dinâmicas produtivas da Amazônia. Tal dependência ultrapassa o aspecto econômico, influenciando o cotidiano, as relações sociais e as formas de permanência no território.

R. Santos (1980) enfatiza que a exploração do trabalho indígena, ribeirinho e de migrantes nordestinos era sistemática e estruturante para o modelo econômico da época. O autor mostra que esses trabalhadores sustentavam a produção e a riqueza das elites locais, permanecendo em situações de vulnerabilidade social e econômica.

Seringueiros trabalharam sob condições sub-humanas para sustentar suas famílias, enriquecendo as elites à custa de seu esforço, demonstrando que os avanços materiais e culturais da região não se traduziram em melhoria das condições de vida da população

A extração do látex na Amazônia era uma tarefa árdua, que exigia grande esforço físico e dedicação diária. O seringueiro acompanhava todo o processo, desde a abertura de trilhas na floresta até a defumação da borracha, garantindo que o produto chegasse em condições adequadas ao mercado. As árvores eram exploradas por cerca de seis meses, podendo esse período se estender dependendo das condições climáticas da região, o que tornava o trabalho ainda mais desgastante e incerto (Duarte, 2020, p. 19). Cada jornada refletia não apenas esforço, mas também o conhecimento e a intimidade que o trabalhador desenvolvia com a floresta, tornando sua rotina um equilíbrio constante entre sobrevivência e produção.

Na expansão da exploração da borracha, a região do Igarapé-Miri foi atingida em duas fases distintas: entre 1879 a 1912 e, mais tarde, a partir de 1942, voltada à produção de guerra. Na comunidade Mamangal Grande, agricultores e agricultoras trabalhavam diariamente no corte das seringueiras, na coleta do látex, na fabricação artesanal da borracha e no cultivo da agricultura familiar. Hoje, embora essa atividade não faça mais parte da realidade da comunidade, ainda é possível perceber seus vestígios, que deixou marcas profundas na memória daqueles que dependiam desse trabalho para sobreviver. Às margens do rio Mamangal Grande e regiões próximas, encontram-se utensílios usados pelos seringueiros, como pequenas vasilhas de barro (Figura 6) para coletar a seiva, garrafas de barro e bilhas, lembranças materiais do esforço e da dedicação de quem trabalhou nos seringais.

Na comunidade, a extração da borracha era feita com instrumentos simples e rústicos, que exigiam habilidade, mas muitas vezes danificavam as seringueiras e diminuía sua produtividade. A machadinha, utilizada para abrir pequenos cortes na árvore, permitia que o látex escorresse, mas deixava marcas permanentes no caule, formando calosidades que ainda hoje podem ser vistas em algumas árvores. Cada corte exigia cuidado e atenção, pois o seringueiro precisava equilibrar a coleta do látex com a preservação da árvore, revelando o conhecimento profundo e o respeito silencioso que ele tinha pela floresta que sustentava sua vida e a de sua família.

O trabalho de coleta do látex também contava com a participação ativa das mulheres, que desempenhavam tarefas na floresta tradicionalmente atribuídas aos homens. Segundo Negreiros (2014), muitas vezes elas realizavam trabalhos igualmente exigentes em termos de esforço físico. No entanto, o trabalho feminino nem sempre foi reconhecido, refletindo-se em remuneração inferior mesmo quando desempenhado nas mesmas condições que o masculino, resultado de desigualdades históricas persistentes. Almeida (2016, p.22) converge em tal avaliação:

A trajetória do trabalho feminino durante longo tempo permaneceu desvalorizada, em alguns casos esquecida ou mesmo desconhecida em solo brasileiro. Nos séculos XVI e XVII, a economia brasileira estava concentrada no Nordeste brasileiro, com inúmeras plantações de açúcar, sendo todo esse trabalho na lavoura feito por escravos. (Almeida, 2016, p. 22).

Figura 6- utensílios de barro.



Foto: Ferreira (2023).



Foto: Manoel Quaresma (2022)

Quanto à produção de açúcar, vale destacar que, já em 1712, foi instalado o primeiro engenho na povoação, chamado Santa Cruz. De pequeno porte e movido à água, esse engenho inicialmente fabricava mel, rapadura e o chamado “açúcar batido” ou rústico, passando, com o tempo, a produzir também aguardente. A partir dele, vários outros engenhos se instalaram na região, marcando a economia local.

Segundo Lobo e Pimentel (2021), os engenhos tiveram dois momentos significativos na economia mireense: o primeiro, nos séculos XVIII e XIX, centrado na produção de açúcar; o segundo, já no século XX, entre as décadas de 1920 e 1970, focado na produção de cachaça. De acordo com Lobato (2007, p. 101), o número de engenhos se expandiu consideravelmente, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960, chegando a 49 unidades em funcionamento no final da década de 1960, o que evidencia a relevância dessa atividade para a vida econômica e social de Igarapé-Miri.

Entre os muitos engenhos localizados às margens dos rios de Igarapé-Miri, os engenhos de cana de açúcar localizados no Rio Mamangal e adjacências, fundados na segunda metade do século XIX, são: São Raimundo, de propriedade do Sr. Izidório Quaresma e São João, de propriedade de Thiago Quaresma, ambos localizados às margens do Rio Mamangal Grande; São Domingos, localizado no

Furo do Seco, adjacente ao Mamangal Grande, cujo proprietário, Sr. João Paiva, popularmente conhecido como João Boi, é um dos interlocutores dessa pesquisa.

Em Igarapé-Miri, o cultivo teria chegado por meio de um homem conhecido apenas como Pernambuco, que plantou inicialmente no rio Anapu, expandindo depois para outras regiões, ao longo do século XVIII. Segundo Lobato e Soares (2021):

As primeiras mudas de cana de açúcar foram trazidas para Igarapé-Miri por um cidadão de nome Pernambuco, pelos rios Anapu e Panacauera, para prover o engenho Santa Cruz, o primeiro movido a água, onde começou a fabricação de açúcar moreno, rapadura e mel, sendo substituído posteriormente, pela aguardente de cana (cachaça). Que permaneceu em alta até meados do século XX. (Lobato; Soares, 2021, p. 71).

Segundo Pureza (2010), quando a moagem da cana era feita em pequenas engenhocas, o equipamento principal era a moenda. Quando o cilindro era de madeira, chamava-se sarilho; quando era de ferro, garapeira. Algumas moendas eram acionadas por manivela, movida pelo esforço humano ou pelo trabalho de animais, geralmente bois.

Também existiam engenhocas movidas a água, construídas próximas a igarapés represados. A água liberada gradualmente fazia girar uma roda que acionava a moenda. Francisco de Paula possuía uma dessas engenhocas, em um igarapé que hoje é chamado de Calha, devido à função que desempenhou.

No início da década de 1950, a comunidade ainda não contava com comércios próprios. A produção era vendida nas comunidades vizinhas e na sede do município, enfrentando dificuldades pelo transporte lento, feito a remo. Nesse período, surgiram na comunidade os primeiros comércios, chamados mercearias, e algumas embarcações motorizadas. Algumas pessoas passaram a trabalhar como regatões, vendendo mercadorias em outras localidades de Igarapé-Miri, no sistema de aviamento corrente no interior amazônico, que comentei acima.

Para Martins (2010), embora o regatão também comercializasse mercadorias mediante o uso de moeda, a base de suas relações comerciais permanecia ancorada na troca, sustentada pelo aviamento ou pelo escambo de produtos da floresta. Nessa dinâmica, o regatão adiantava bens essenciais às famílias ribeirinhas e recebia, em outro momento, a produção extraída do rio e da mata, como castanha, borracha, pescado ou óleos vegetais. Esses produtos, carregados de valor

econômico e simbólico, seguiam viagem até os grandes centros urbanos, onde eram revendidos e convertidos em lucro. Trata-se de uma economia construída no tempo da natureza e da confiança, na qual o comércio ultrapassa a simples circulação de mercadorias.

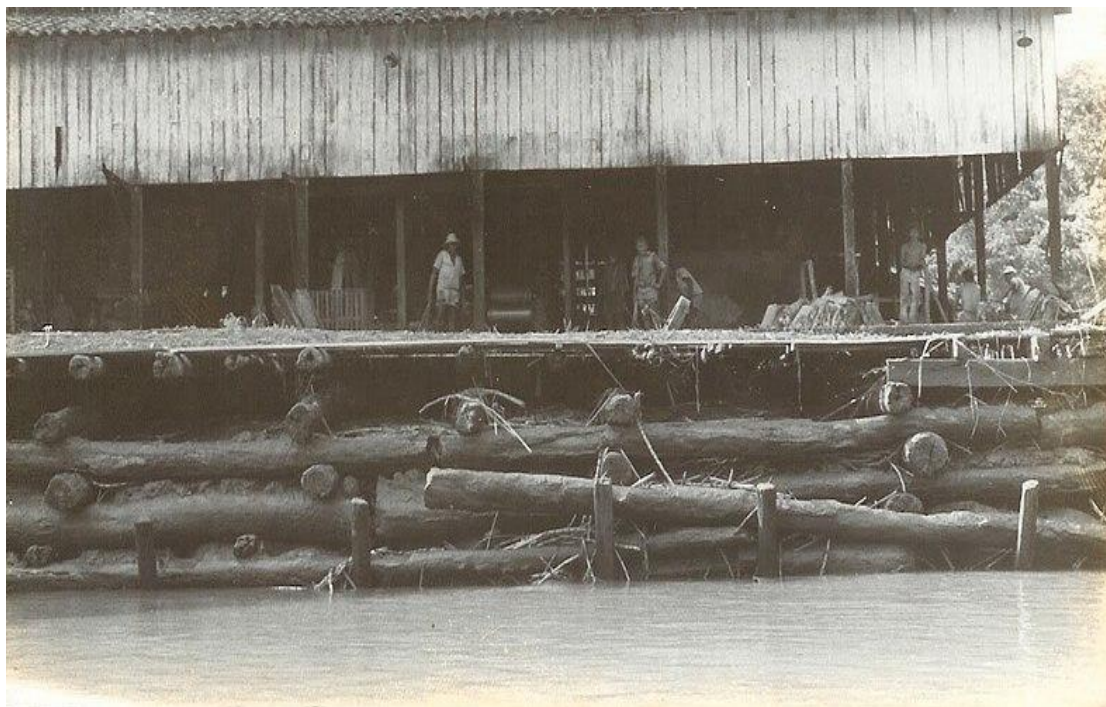
Em meio ao isolamento geográfico e às limitações materiais, a presença das mercearias e das embarcações motorizadas representou mais do que um avanço logístico para a comunidade. Elas simbolizaram uma integração mais direta a formas tradicionais de comércio que, há séculos, estruturavam a economia amazônica. Os regatões, ao percorrerem rios e igarapés comercializando mercadorias a crédito, tornaram-se mediadores entre a produção local e os centros comerciais, reproduzindo práticas baseadas na troca, na confiança e, muitas vezes, no endividamento.

Desse modo, as experiências vividas na comunidade dialogavam com uma lógica histórica mais ampla, na qual o acesso a bens essenciais frequentemente vinha acompanhado de relações de dependência econômica em si e condicionavam escolhas, trajetórias e formas de vida no interior do sistema de aviamento.

Na comunidade Mamangal Grande, assim como chegavam comerciantes para vender produtos aos moradores, também vinham compradores adquirir os produtos locais, como os derivados da cana-de-açúcar. Em função da produção e comercialização da cachaça, o engenho São Raimundo tornou-se o principal empregador, movimentando recursos e gerando empregos indiretos. Neste período, algumas plantações, como a de cacau, foram substituídas pela cana, e a produção de açúcar e mel deu lugar à cachaça.

Embora o engenho São João ficasse no Furo do Seco, muitos moradores trabalhavam ali. O engenho, de propriedade do Sr. João Sousa Paiva, conhecido como João Boi, foi o último a encerrar suas atividades na região, havendo funcionado até o final de 1999 e início de 2000.

Figura 7- Imagem do Engenho São João no Rio Furo do Seco de Igarapé-Miri-PA.



Fonte: Costa (2015, p. 85)

A plantação da cana-de-açúcar poderia ocorrer na terra do agricultor, do dono do engenho ou de terceiros, pois havia muito espaço disponível. Os lavradores viam a cana como a principal fonte de renda, já que era a atividade econômica mais importante da época. A produção da cachaça envolvia várias etapas, desde o plantio da cana até o produto final. O cultivo era feito pela agricultura familiar, com toda a família participando do trabalho nos roçados, incluindo as mulheres. A limpeza do terreno e o plantio, segundo Pureza (2010), provocavam, quase sempre, a destruição de áreas de floresta:

Um roçado começava pela limpeza do terreno, a derrubada das árvores de maior porte, as quais eram transformadas em lenha, eram vendidas aos proprietários do engenho para servir de combustível na caldeira e a queima da parte da vegetação que não era aproveitada como lenha. (Pureza, 2010, p. 33).

Depois de cortada, a cana era transportada em batelões para os engenhos. Nem sempre o proprietário da cana era quem possuía os batelões; muitas vezes, eles pertenciam ao dono do engenho.

Figura 8 - Batelões utilizados para o transporte da cana



Fonte: Pureza (2010, p. 36).

Da produção da cachaça em Igarapé-Miri, apenas uma pequena parte abastecia a própria comunidade. Segundo Pureza (2010, p.41):

Da cachaça produzida uma parcela pequena era vendida para os consumidores do próprio município, outra parte era comercializada em Belém e outra parcela, ainda, era comercializada com compradores que adquiriam o produto no município e a revendiam o produto para o estado do Amazonas. (Pureza, 2010, p. 41).

Para vender a cachaça no estado do Amazonas, os comerciantes compravam o produto nos diversos engenhos da zona rural, engarrafavam com uma marca própria e depois distribuíam para os comerciantes do estado. Nos engenhos, a cachaça era armazenada em grandes recipientes de vidro, chamados garrafões, antes de ser vendida e transportada para outras cidades. Cada garrafão tinha capacidade de cerca de 36 litros, equivalente a uma frásqueira e meia.

Figura 9 - Garrafão pronto para o transporte



Fonte: Pureza (2010, p. 41).

Por cerca de trinta anos, a principal fonte de renda da comunidade Mamangal Grande foi a produção de cachaça nos engenhos locais. Porém, a partir da década de 1970, a atividade entrou em declínio devido a vários fatores: a industrialização da cachaça no Sudeste e Sul; a construção de estradas que aumentaram a concorrência de produtos de outras regiões; a implantação de leis trabalhistas; a falta de políticas públicas de apoio técnico; e a venda de produtos adulterados pelos atravessadores, que desvalorizavam a produção local.

Com isso, a produção de cachaça foi extinta na comunidade, com o fechamento do Engenho São Raimundo, de Izidório Quaresma. Os engenhos de João Paiva continuaram funcionando por mais algum tempo, sendo o São João o último a encerrar, por volta de 2003, operando apenas uma vez por semana. Segundo João Paiva, o declínio ocorreu principalmente devido ao crescimento da exploração do açaí, mais vantajosa para os trabalhadores rurais: “Acabou a cana, porque quem vai meter um pé de cana, podendo plantar um pé de açaí” (João Paiva, 2023).

Com o fechamento dos engenhos, muitos trabalhadores perderam sua fonte de renda e precisaram deixar a comunidade em busca de novas oportunidades na cidade. Os comerciantes que permaneceram enfrentaram sérias dificuldades. Aqueles que possuíam terras começaram a explorar o açaí de forma desordenada, voltando-se para a produção de conservas de palmito como alternativa econômica.

Com o fim da atividade dos engenhos de cachaça, os moradores de Igarapé-Miri passaram a explorar a argila, abundante na região devido à sedimentação nos rios e igarapés, dando origem às primeiras olarias, que se tornaram uma nova fonte de renda e de organização econômica na comunidade.

O trabalho nas olarias era bem pesado e arriscado, onde tem hora para começar e não tem para findar. O trabalho começa com a retirada da argila, que pode ocorrer durante o dia ou à noite, dependendo da maré, que precisa estar cheia para a entrada dos batelões nos igarapés. Para a produção de telhas e tijolos, a argila passa por várias etapas, todas conduzidas pelos oleiros. Após ser retirada do solo, a matéria-prima é transportada em batelões até as olarias, onde é depositada em barrancos e coberta para evitar que endureça antes do uso.

A realidade desse trabalho artesanal, em Igarapé-Miri, ganhou repercussão nacional no início de 1999, quando a imprensa destacou, não apenas a produção em si, mas principalmente às condições difíceis enfrentadas por crianças e adultos, muitos dos quais sofreram mutilações decorrentes dessa atividade.

O que mais chamava a atenção não era a fabricação artesanal, sem recursos, familiar, de subsistência. Cenas de crianças mutiladas, sem dedos, sem mãos e até mesmo sem os dois braços comoveram a opinião pública e chamaram a atenção para este grave problema social. (JORNAL DE ABAETETUBA, 2011).

No interior do Pará, as olarias utilizam uma máquina básica para a fabricação de tijolos, conhecida como maromba. Essa máquina é alimentada manualmente por uma abertura em sua carcaça e depende de um motor gerador para funcionar. O motor faz girar a engrenagem da maromba, que compacta o barro, transformando-o em tijolos ou telhas, conforme a necessidade.

Figura 10– Maromba



Foto: Ferreira (2023)

Com o tempo, o helicoidal² desgasta, sendo necessário pressionar o barro, para que não retorne pela folga que fica entre o eixo e a carcaça da maromba. Devido ao fato de o barro ser inserido na maromba³ com as mãos ou pés é necessário que o operário tenha bastante atenção para não sofrer acidente.

Esse trabalho é feito pelos oleiros com as mãos ou com os pés. Qualquer descuido faz com que a parte do corpo seja puxada e triturada pela rosca. (JORNAL DE ABAETETUBA, 2011)

Infelizmente, muitos acidentes ocorreram nas olarias, e as crianças eram as principais vítimas. Por se tratar de fábricas familiares, era comum que ajudassem os pais ou ficassem próximas às máquinas enquanto os adultos trabalhavam, muitas vezes por falta de alternativas de cuidado ou para contribuir com a renda da família. O trabalho com a maromba é extremamente perigoso, e não são raros os casos de pessoas que sofreram mutilações, perdendo dedos, mãos ou pés durante a atividade.

No interior do Pará, a falta de segurança nas olarias expõe quem trabalha na fabricação de tijolos. Em algumas cidades, é comum encontrar pessoas que foram mutiladas pelas marombas,

² Que tem a forma de hélice, em caracol.

³ Tem por finalidade efetuar a retirada de ar da massa de argila, compactá-la e em seguida dar-lhe a conformação do produto desejado: tijolos maciços e furados, lajotas para forro, bastões para a prensagem de telha, etc.

equipamentos usados para amassar argila. (Notícias UOL, 11/07/2009).

Após serem moldados, os tijolos são transportados em padiolas e organizados em prateleiras nas olarias, onde permanecem até endurecerem, evitando que se quebrem antes da queima. Em seguida, são levados ao forno, onde a queima é realizada manualmente com lenha colocada na base para atingir a temperatura necessária. Esse trabalho, geralmente feito à noite por um único operário, exige atenção constante para manter o fogo aceso e a temperatura adequada, garantindo a qualidade do produto final.

Figura 11: Forno de Olaria



Foto: Ferreira (2023)

Essa atividade não se manteve por muito tempo. Nos anos 1990, os oleiros enfrentaram grandes dificuldades, especialmente pela falta de crédito para as olarias situadas nas várzeas. Diante dessa realidade, muitos buscaram outras alternativas para garantir seu sustento:

A monetarização do tijolo com a inflação ascendente e, a partir de 1990, com a recessão, o preço do tijolo caiu, e o crédito ao produtor, que anteriormente era de quinze dias ou um mês, desapareceu ou reduziu seu prazo de retorno a, no máximo, uma semana. Com o preço do tijolo em baixa, os antigos compradores saíram de cena, e a

comercialização se reestruturou sobre bases radicalmente diferentes. (Otazu, 1992, p. 6).

Diante dessa situação, os oleiros não podiam mais produzir grandes quantidades de tijolos para estocar e enviar depois para Belém. Sem crédito, precisavam vender rapidamente. Assim, passaram a recorrer aos marreteiros ambulantes que compravam os tijolos nos portos em troca de mantimentos, em uma versão do sistema de aviamento. Nesse sistema, os oleiros adquiriam alimentos fiado e pagavam com tijolos, enquanto os marreteiros cobravam preços acima do mercado, determinando a quantidade de tijolos necessária e a data em que retornariam para recolher o restante.

Hoje, a comunidade Mamangal Grande não conta com nenhuma olaria em funcionamento. Os oleiros não conseguiram mais sustentar suas famílias e, aos poucos, as olarias foram fechando. Muitos donos de cerâmicas e engenhos precisaram deixar a comunidade, mudando-se com suas famílias para cidades como Igarapé-Miri ou para a capital, Belém, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Nas décadas de 1980 e 1990, Igarapé-Miri atravessou uma intensa crise econômica e social, resultante do declínio dos engenhos nos anos 1970 e da atividade madeireira na década seguinte. Esse cenário aprofundou a pobreza e a vulnerabilidade social, levando muitas famílias a migrarem para a cidade. Para aquelas que permaneceram nas comunidades, a extração do palmito do açaí tornou-se uma alternativa para reorganizar a economia local.

O palmito era extraído de palmeiras nativas e beneficiado em pequenas fabriquetas instaladas nos quintais das residências, onde era transformado em conserva acidificada e transportado para Belém, com destino ao mercado externo. Embora essa atividade garantisse a subsistência de muitas famílias, gerava pouca renda para a região e causava sérios impactos ambientais, como o corte definitivo das palmeiras e o despejo das bainhas, contribuindo para o assoreamento nos rios (Araújo, 2015).

Sem outras opções de trabalho, as famílias passaram a explorar intensamente o açaizal nativo, em um período em que o açaí ainda não configurava atividade econômica consolidada. Essa exploração desordenada, especialmente nos anos de 1980 e 1981, levou à devastação dos açaizais, muitas vezes nas próprias terras dos agricultores (Pureza, 2010). É nesse contexto de crise e escassez que

surge na comunidade o movimento de trabalhadores, impulsionado, a partir de 1982, pelas Comunidades Eclesiais de Base ligadas à Prelazia de Cametá, que passaram a discutir, coletivamente, a pobreza e as condições de vida locais.

Diferentemente do que ocorreu com o declínio dos engenhos, esse período marcou a emergência de associações e cooperativas, que contribuíram para reverter a exploração predatória e construir novas práticas produtivas baseadas na sustentabilidade. Conforme destaca Reis (2008), fortaleceu-se a compreensão da necessidade de um modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

Atualmente, ainda existem fabriquetas que produzem conservas acidificadas, com pequenas melhorias estruturais em relação às décadas anteriores. No verão, essas unidades interrompem suas atividades e as famílias se dedicam à colheita do açaí, principal fonte de renda nesse período. Já no inverno, com a redução da safra, a produção da conserva de palmito volta a ocupar papel central na economia da comunidade.

Figura 12 - Fabriquetas



Foto: Crédito: Ferreira (2023)

O beneficiamento do palmito é predominantemente artesanal e envolve várias etapas realizadas manualmente. As mulheres desempenham papel fundamental,

sobretudo no preparo do picado, no corte, na classificação e no enchimento dos vasilhames, enquanto os homens assumem as tarefas mais pesadas, como o processamento mais grosso, conhecido por batalhamento, refinamento e o cozimento. O palmito, por ser perecível, precisa ser beneficiado imediatamente após a chegada à fabriqueta.

No passado, o picadeiro do batalho funcionava às margens dos rios. O acúmulo das cascas formava grandes barrancos que desmoronavam, causando danos ambientais e prejuízos à navegação, além de contribuir para o assoreamento do Rio Mamangal Grande. A partir da mobilização comunitária e da atuação de movimentos como o MOPAMA (Movimento pela Preservação Ambiental do Mamangal), essa etapa foi transferida para trás das fabriquetas, permitindo o reaproveitamento das cascas na produção de adubos para quintais agroflorestais e açaiçais.

Figura 13: Picadeiro



Foto: Crédito Ferreira (2023).

As etapas envolvem o refinamento, o corte em pedaços, o cozimento e a embalagem da conserva. A classificação final, picado, fino, corrido e macio, define o valor de mercado do produto, sendo a conserva macia a de maior qualidade e valor comercial. Todo esse processo, fortemente dependente da mão de obra feminina, revela não apenas a centralidade do trabalho das mulheres, mas também a capacidade da comunidade de reinventar práticas produtivas, conciliando práticas produtivas, organização social e cuidado com o território.

Figura 14: Refinamento



Foto: Crédito: Ferreira (2023)

Figura 15: Reaproveitamento do palmito (Picado)



Foto: Crédito Ferreira (2023)

Figura 16: Enchimento no no vasilhame



Foto: Crédito: Ferreira, 2023.

Figura 17: Tanque de cozimento da conserva de palmito.

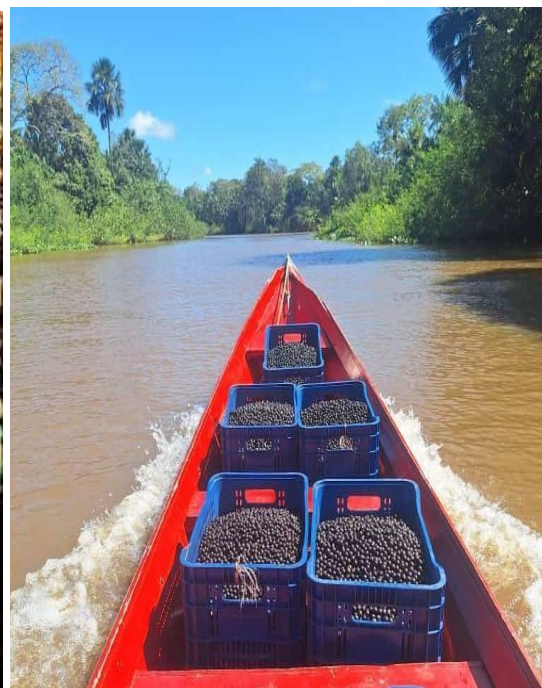


Foto: Crédito: Ferreira (2023).

Deste modo, a extração do fruto do açaí é, hoje, uma das principais atividades econômicas de Igarapé-Miri. Desde 2000, quando a cadeia produtiva passou a se organizar e o produto ganhou valor de mercado, o açaí deixou de ser consumido apenas na comunidade e se tornou a principal fonte de renda, especialmente para os ribeirinhos. Até chegar à mesa do consumidor, o fruto passa por várias etapas.

A colheita exige grande esforço físico, já que as palmeiras podem atingir entre 10 e 15 metros de altura, tornando o trabalho do agricultor intenso e desafiador. Antigamente, o açaí era coletado e armazenado em rasas (Figura 18), feitas de talas de guarumã e fibras de jacitara. Mais recentemente, esses cestos - também chamados de rasas ou paneiros - passaram a ser produzidos com materiais reciclados, como garrafas PET, tornando-os mais resistentes. Cada cesto comporta entre 14 e 28 kg de frutos. Hoje, os frutos também podem ser armazenados em caixas plásticas chamadas basquetas. No entanto, devido à dificuldade de transporte das matas e cabeceiras dos igarapés, os trabalhadores costumam usar sacos de rafia, que facilitam o deslocamento do produto e evitam desperdícios, mesmo que isso comprometa a cor e a qualidade do açaí aos olhos dos compradores.

Figura 18 - Rasas e basquetas



Fonte: Cunha (2006, p, 6).

Foto: Edinei Ferreira (2024)

As terras de várzea contribuem para a irrigação do solo e aumentam a produtividade do fruto. Segundo Reis (2008, p. 78), “a várzea é reconhecida como um ambiente de fartura, detentora de um solo fértil, que permite grande produtividade em um curto espaço de tempo.” Para garantir uma boa safra, a limpeza do açcaizal deve ser feita entre maio e julho, durante a entressafra, sempre atenta ao nível da maré. O manejo da touceira, base do açcaizeiro, é essencial, pois dela brotam vários caules que precisam ser controlados para que o açcaizal produza adequadamente. A colheita ocorre no pico da safra, entre setembro e novembro, e também na entressafra, embora com menor produtividade.

Quadro 1 – Ciclo produtivo do açcaí na várzea de Igarapé-Miri

PERÍODO											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Maré "Lançante"				Limpeza			Pico da safra				
				Maré "Morta"							
Inverno				Verão			Inverno				
Entressafra						Safra					

Fonte: Relatório PITCPES (2005)

O período da safra, que vai de agosto a dezembro, é muito aguardado por todos, especialmente pelas famílias que trabalham no campo, pois nessa época a colheita do açcaí garante uma fonte importante de renda e melhores condições de vida.

A produção do açcaí envolve toda uma cadeia que vai da colheita ao beneficiamento, gerando trabalho para muitas famílias, inclusive aquelas que não possuem terra própria e atuam em propriedades de terceiros. Entre os principais atores desse processo, destacam-se os produtores, peconheiros e debulhadores.

Produtores são os donos de terras que cultivam e mantêm o açcaizal limpo. Além de cuidar da área, contratam famílias que não têm terra própria, organizam a colheita e são responsáveis pela venda do produto aos atravessadores e pelo pagamento dos peconheiros.

Peconheiros são os trabalhadores que colhem os cachos de açaí, usando um cinto chamado “peconha” (Figura 19), feito de folhas de açazeiro, coratá ou saca sarrapilheira. Os peconheiros podem ser crianças, adolescentes, jovens e idosos, trabalhando de segunda a sábado, geralmente das 6h às 12h, para colher os frutos antes que o sol es quente. O uso da peconha permite escalar o açazeiro até o topo, de onde os cachos são retirados com facão ou, às vezes, apenas com as mãos.

Figura 19- Colheita do açaí da palmeira (Peconheiro)



Fonte: Produtores de açaí. (2021, p. 15).

Atualmente, alguns peconheiros utilizam uma ferramenta chamada “apanhador de açaí”, uma vara comprida com lâmina na ponta que corta o cacho sem precisar subir na palmeira. No entanto, a maioria ainda prefere a colheita tradicional. O pagamento aos peconheiros é feito normalmente com base em porcentagem, cerca de 30% por paneiro colhido, podendo ser recebido por dia ou semana. Em alguns casos, adiantamentos são concedidos no inverno e descontados aos poucos.

Após a coleta, os frutos precisam ser retirados dos cachos, etapa chamada de debulhamento. Esse trabalho envolve toda a família e é tradicionalmente realizado pelas mulheres, que usam as mãos e luvas para separar os frutos nos paneiros (Figura 20). Embora já existam debulhadeiras produzidas em oficinas, a maioria ainda prefere o método artesanal, mantendo vivas as práticas tradicionais da comunidade.

Figura 20- Processo de Debulhagem do fruto do açaí



Fonte: Cunha (2006, p. 17).

Após ser colhido e armazenado em rasas, basquetas plásticas ou sacas de fibras, o açaí está pronto para ser pesado e vendido aos atravessadores. Estes são moradores da própria comunidade que compram o produto dos agricultores e o revendem às fábricas, onde o fruto será processado em polpa.

O transporte do açaí começa nos portos dos produtores, sendo carregado em rabetas, embarcações sem paredes, ideais para facilitar o embarque e desembarque. As cargas seguem para os portos do rio Santo Antônio, Vila Maiauatá ou Igarapé-Miri.

Ao chegar aos portos (Figura 21), o açaí é desembarcado por carregadores contratados pelos compradores. Nos galpões, os atravessadores acompanham a pesagem feita pelos representantes das fábricas e, em seguida, os frutos são carregados nos caminhões para transporte, garantindo que o produto chegue às unidades de beneficiamento.

Figura 25 - Porto Regional do Açaí (localizado na comunidade Santo Antônio)



Fonte: Costa (2015, p. 52).

Devido à alta demanda pelo açaí durante o verão, os compradores frequentemente adiantam dinheiro aos produtores, seja para a limpeza da terra no inverno ou para outros gastos. Em troca, o produtor compromete-se a entregar toda a produção do período a esse atravessador.

Outra prática comum é o arrendamento de terras: quando o produtor precisa de recursos no inverno, o atravessador avalia a produção prevista para a próxima safra e oferece um valor antecipado. Se o produtor aceitar, não poderá colher frutos daquela terra até o final da safra.

No porto, os carregadores ficam responsáveis pelo desembarque do açaí das embarcações e pelo carregamento nos caminhões. Eles recebem cerca de 5% do valor de cada paneiro embarcado. É um trabalho exaustivo, realizado de segunda a sábado, geralmente em turnos que começam à tarde e se estendem, muitas vezes, até as primeiras horas da manhã seguinte.

A crescente demanda pela polpa de açaí faz com que o produto seja vendido tanto na safra quanto na entressafra. Segundo Lobo (2021), aproximadamente 20% do açaí *in natura* é consumido pelos moradores locais, enquanto 80% segue para as agroindústrias de polpa no Pará e em outros estados. Assim como também é

exportado para o mercado internacional. Segundo a análise realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (2020, p. 1):

O açaí é um dos produtos da biodiversidade brasileira que tem ganhado mais espaço no mercado de alimentos, com circulação em escala nacional e internacional. Os dados de produção e exportação vem aumentando ao longo dos anos.

Com o aumento considerável da produção de açaí, os lucros gerados pela expansão dessa cadeia também cresceram. No entanto, apesar do aumento na produção e na exportação, os preços do fruto continuam a oscilar, e os agricultores sentem diretamente essas variações. Quando a produção é muito alta, o valor pago pelo fruto tende a cair, devido ao grande volume armazenado nas fábricas, fazendo com que não haja um preço fixo durante a mesma safra.

Antes do ano 2000, Igarapé-Miri não contava com fábricas para beneficiamento do açaí em polpa. O fruto era vendido para unidades industriais em outros municípios, principalmente Belém e Castanhal, o que limitava seu valor de mercado. Hoje, a cidade possui oito fábricas de beneficiamento que produzem tanto a polpa quanto o fruto em caroço, sendo que este último é exportado principalmente para outras cidades do Pará, como Castanhal, Marituba, Tomé-Açú e Benevides.

Além do açaí, outras atividades movimentam, com menor impacto, a economia local, como a extração e produção da andiroba, a coleta da ucuuba e a exploração do buriti ou miriti. Estas atividades são, em grande parte, realizadas por mulheres e, muitas vezes, representam a principal fonte de sustento das famílias. No caso de Igarapé-Miri, observa-se de forma particularmente clara que a participação das mulheres é fundamental para o funcionamento e a continuidade das atividades econômicas da comunidade.

II
EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

Este capítulo reúne narrativas de ribeirinhos e ribeirinhas, moradores mais velhos da Ilha de Mamangal e de Mamangal-Grande. São narrativas do cotidiano do trabalho, que nascem da experiência vivida às margens dos rios, dos ritmos da natureza e das relações comunitárias. As margens do rio Mamangal Grande guardam histórias que o tempo não apagou; ao contrário, permanecem vivas na memória dos moradores e são compartilhadas, por meio de suas narrativas.

Para a escuta dessas narrativas na comunidade Mamangal Grande, foram realizadas entrevistas com moradores com idade superior a 70 anos, residentes há muitos anos na ilha Mamangal, que presenciaram significativas transformações no meio ambiente, na cultura e nas relações sociais. O objetivo foi registrar as memórias e trajetórias de vida desses idosos, que dedicaram grande parte de suas vidas ao trabalho e à construção da comunidade.

Nesse contexto, as narrativas abrangem tanto memórias pessoais quanto lembranças construídas no âmbito familiar e social, revelando o modo de vida e a cultura local. Ao ouvir esses relatos, não acessamos apenas um passado distante, mas entramos em contato com conhecimentos, experiências e aprendizados de um povo que resistiu a tempos difíceis e construiu sua história a partir da relação com o território.

A escolha de trabalhar com as memórias de sujeitos idosos da comunidade ribeirinha do Mamangal Grande fundamenta-se na compreensão de que a memória não se restringe a lembranças individuais, mas constitui um importante patrimônio social e histórico. Ela é capaz de revelar modos de vida, valores, saberes e experiências coletivas que, muitas vezes, permanecem ausentes dos registros oficiais. Conforme aponta Ecléa Bosi (1994, p. 37), a memória dos idosos é essencialmente social, pois expressa o testemunho de um tempo vivido em comum, articulando experiências pessoais às transformações históricas e culturais de um grupo.

Nesse sentido, ouvir e registrar os relatos de moradores antigos do Mamangal Grande configura-se como uma estratégia de valorização da história oral. Por meio dessas narrativas, tornam-se visíveis experiências cotidianas, práticas culturais, formas de relação com o território, cuidados tradicionais com a natureza e modos de organização comunitária que dificilmente seriam apreendidos por meio de documentos escritos. As memórias desses sujeitos assumem, portanto, o papel de

fontes privilegiadas para a compreensão das transformações sociais, ambientais e culturais vividas pela comunidade ao longo do tempo.

Neste capítulo, reunimos narrativas de ribeirinhos e ribeirinhas, verdadeiros guardiões e guardiãs da memória, cujos relatos revelam profundas transformações nas relações sociais, nas condições econômicas e no território da comunidade Mamangal Grande. São histórias que nascem da experiência vivida às margens dos rios, nos ciclos da natureza e nas relações comunitárias que moldaram o cotidiano de gerações. As margens do rio Mamangal Grande guardam histórias que o tempo não apagou; ao contrário, permanecem vivas na memória dos moradores e são compartilhadas por meio de suas narrativas.

Para o registro das narrativas na comunidade Mamangal Grande, ouvi moradores com idade superior a 70 anos, residentes há muitos anos na ilha Mamangal, que presenciaram significativas transformações no meio ambiente e na socialidade ribeirinha.

O objetivo foi registrar as memórias e trajetórias de vida desses idosos, que dedicaram grande parte de suas vidas ao trabalho e à construção da comunidade. Como ficou dito à introdução do presente estudo, a escolha de coligir memórias de idosos da comunidade ribeirinha do Mamangal Grande foi calcada na obra de E.Bosi que, pioneiramente, sustentou que a memória pessoal não se restringe a lembranças individuais ou referências biográficas, mas constitui um importante patrimônio social e histórico, capaz de revelar modos de vida, valores, saberes e experiências coletivas que, muitas vezes, permanecem ausentes dos registros oficiais. Conforme aponta a autora (1994, p. 37), a memória dos idosos é essencialmente social, pois expressa o testemunho de um tempo vivido em comum, articulando experiências pessoais às transformações históricas e culturais de um grupo. Como destaca Halbwachs (1990) – referência fundamental para os estudos em memória social, entre os quais se inclui o trabalho de E.Bosi –, a memória individual se constrói em diálogo com a memória do grupo, sendo atravessada por experiências compartilhadas, afetos e vivências cotidianas.

Nesse sentido, ouvir e registrar os relatos de moradores antigos do Mamangal Grande configura uma pequena contribuição à estratégia atual de valorização da história oral na historiografia amazônica. No testemunho oral, tornam-se visíveis experiências cotidianas, práticas culturais, formas de relação com o território, cuidados tradicionais com a natureza e modos de organização comunitária que

difícilmente seriam apreendidos por meio de documentos escritos. As memórias desses sujeitos assumem, portanto, o papel de fontes privilegiadas para a compreensão das transformações sociais, ambientais e culturais vividas pela comunidade ao longo do tempo.

Em um conjunto mais amplo de registros, selecionei cinco relatos de três homens e duas mulheres, a saber: Carlos Quaresma, Domingos dos Santos, Maria das Graças Santos, Arlete Pinheiro Ferreira e João de Souza Paiva, todos moradores da ilha Mamangal. O primeiro critério de seleção, como venho sublinhando, foi o critério da idade, sendo estas pessoas das mais velhas da comunidade. O segundo critério foi a trajetória laboral, uma vez que a ênfase do presente estudo recai sobre memórias do trabalho. Em seguida, utilizei o critério do gênero, buscando entender as inflexões que traz à memória. Por fim, a seleção usou o critério étnico-racial, mas, como se verá, tal critério não foi largamente enfatizado pelos interlocutores, que convergiram para o terreno comum do trabalho ribeirinho. Assim, todos os interlocutores aqui presentes, homens e mulheres, apresentam experiências vívidas de trabalho e luta nos contextos específicos da economia regional amazônica, cujas linhas descrevi na primeira parte deste trabalho. Recordam e dão testemunho do trabalho infantil, dos riscos e condições insalubres, da escravização por dívidas, da dupla jornada de trabalho. Lateral a esse conjunto, encontra-se a trajetória de João de Souza Paiva, pequeno proprietário de engenho já fechado no Mamangal-Grande: sua inserção se justifica não só pela idade avançada, mas pelo fato de que, havendo crescido como trabalhador (mecânico) nos engenhos regionais e só depois adquirido um, João traz conhecimento sobre o universo produtivo da cana de açúcar, bem como maior sensibilidade para contemplar as relações de trabalho naquele universo.

Segundo Pollak (1994), memórias muito pungentes pedem esquecimento. Isto pode se aplicar, principalmente, à desorganização social trazida pela economia da borracha, quando seringueiros indígenas, ribeirinhos ou migrantes nordestinos tiveram destruída sua vida comunitária, morreram de doenças, foram escravizados por dívidas contraídas no adiantamento de crédito (C.Gomes, 2018 ;M.Meira, 2018). No entanto, os interlocutores deste estudo não parecem ter evitado os temas difíceis e, como disse, seu testemunho, como uma lente de aumento, aproxima a realidade singular da exploração do trabalho na Amazônia. Falam de exploração, mas também de solidariedade e estratégias coletivas do viver.

Longe de buscar o esquecimento, as memórias dos interlocutores tendem à nostalgia, por vezes propondo, paradoxalmente, um passado em que se vivia melhor do que no presente. Tal estratégia discursiva em pessoas de idade avançada, como argumentou N.Farage (1997), tem a intenção de criar afastamento em relação ao presente, marcando o passado como seu tempo de pertencimento. O efeito, em geral, é a ilusão de um passado benevolente. Tendo este efeito em conta, é preciso considerar que o discurso nostálgico dos interlocutores assume uma importante função crítica do presente: ao estabelecerem constantes comparações entre passado e presente, denunciam a degradação ambiental, o enfraquecimento dos vínculos comunitários, a perda de saberes tradicionais e as dificuldades econômicas enfrentadas atualmente. Tal crítica reforça a leitura de Bosi (1994), para quem a memória dos idosos constitui um testemunho social capaz de iluminar processos históricos, culturais e coletivos. São memórias que ultrapassam o âmbito individual e refletem a vida de toda uma comunidade ribeirinha, constituindo experiência social de resistência ao esquecimento.

Observe-se, por fim, que os discursos e as imagens foram aqui reproduzidos sob o consentimento informado dos interlocutores.

1. Carlos Quaresma (81 anos), Rio Mamangal Grande

Conhecia o Sr Carlos Quaresma da comunidade de Mamangal-Grande, onde ambos residimos. Meu pai sempre se referia a ele, quando lembrava de trabalhos passados. Por isso, o procurei, pedindo sua participação nesses registros: é um dos homens mais velhos da comunidade, havendo trabalhado na maioria das práticas produtivas do Mamangal-Grande. Nosso primeiro diálogo ocorreu em 2023; depois, em 2025, conversamos mais extensamente. O registro dessa última conversa é o que segue, transcrito na íntegra.

Acredito que seu relato seja o testemunho mais vívido que obtive do trabalho na região, tanto no que diz respeito à pluralidade das atividades produtivas – que, como dito anteriormente, variaram, ao longo do tempo, de acordo com as demandas do mercado nacional e internacional –, quanto ao grau de risco, insalubridade e espoliação a que eram submetidos os trabalhadores. Neste ponto, ressalta em seu relato, em um polo, a ambiguidade das relações clientelistas entre patrão e

empregado, em outro, a violência aberta do aviamento, cuja oscilação é, decerto, exemplar na configuração da história do trabalho na Amazônia.

Eu... me chamam de Calota, mas meu nome é Carlos Quaresma dos Santos. Tenho 81 anos. Meu pai era Domício dos Santos, mas as pessoas aqui do rio o chamavam de Tio Zito. Minha mãe era Joana Quaresma. Nasci e fui criado no Rio Mamangal Grande, cresci aqui neste rio e, até hoje, moro aqui e não pretendo deixar minha terra, meu lugar. Tenho muito o que contar, já vivi muita coisa boa neste lugar, apesar de algumas dificuldades enfrentadas, mas isso faz parte da vida. Minhas raízes estão aqui, neste lugar.

Tudo o que vivi durante minha vida está ligado ao meu lugar, lugar que gosto de estar, lugar que sempre me faz feliz. Nunca pensei em mudar daqui. Hoje estou vivendo numa tristeza profunda, perdi meu neto para a violência e isso me deixa muito abalado.

Desde criança, sempre morei aqui, nunca deixei meu rio. Estudei aqui, mas cedo comecei a trabalhar. Tinha estudo, mas eu parei para trabalhar. Na época, não porque não tinha escola no Mamangal Grande, tinha até a quarta série, eu parei de estudar porque comecei a trabalhar.

Aqui, no fim do terreno, no último pedaço, lá na barreira, funcionava uma escola. Tinha uma professora que veio da cidade, inclusive casou com meu tio, tio Camilo. Ele a trouxe para cá, para o Mamangal Grande. Ela ficou dando aula pelo rumo da casa do Adelio, era lá que ela trabalhava.

Estudava à tarde, porque pela manhã ajudava meu pai. Quando eu chegava do mato, vinha morto de fome. Minha mãe preparava aquele mapará moqueado na brasa, enfiado na tala, era muito bom. Comia e já ia para a escola. Dava um sono, porque tinha acordado cedo, tinha comido mapará com açaí grosso, não suportava o sono e até dormia pela sala.

Comecei a trabalhar bem cedo para ajudar no sustento da minha família, que era muito numerosa. Na minha infância, tive muito trabalho, mas também o desejo de ter as coisas que um jovem, no mínimo, deveria ter; precisava trabalhar. Porque, olha, eu dizia para a mamãe: “Quando é que eu vou dormir numa rede inteira?”, porque só dormia em rede remendada. Minha mãe dizia: “Quando você trabalhar.” Realmente, quando eu trabalhei, comprei a rede novinha. Não esqueço daquela rede.

No período da cana-de-açúcar, comecei a trabalhar numa equipe empreiteira de roçado, que era mantida pelos donos de engenho da região. Esses empresários davam dinheiro para os empreiteiros realizarem as empreitas nos roçados dos

moradores da comunidade e vendiam para algum dono de engenho. Eu plantava o grelo da cana, porque ainda era fraco, era apenas um menino, não dava conta do pesado. No início, era o que eu fazia. Aí eu limpava o roçado e carregava a lenha para a beira do rio, para vender nos engenhos.

Eu trabalhava com outras pessoas. Meu pai era calafate. Tinha um grupo de trabalho liderado por um senhor conhecido na comunidade como Piroca. Faziam parte da equipe: Colebreu, que é o Meneleu; Tiago, filho da tia Maroca; e o compadre Rose, que agora mora em Belém.

Existiam outros líderes de equipes empreiteiras de roçado. Mas as duas equipes mais procuradas eram as do Piroca e do Davi Ferreira, que trabalhavam não só nos roçados do rio Mamangal Grande, mas também em roçados de outras comunidades vizinhas, gerando assim mais empregos. Eles eram empreiteiros, espreitavam os roçados, que eram do Paulo Pinheiro, daqui, do Furo do Seco. Piroca era responsável por nós, porque éramos todos novos, rapazinhos assim.

A maioria das equipes entregava a matéria-prima para Didi Machado, que foi o primeiro dono do engenho São João, que depois passou a pertencer a João Boi. Quando trabalhávamos, não havia pagamento em dinheiro; tínhamos que receber em mercadorias o que ganhávamos ou em ficha. Nós trabalhávamos para lá, não tinha isto, tinha que comprar. Comprava uma roupa, uma camisa, tecido, rede, mantimento, tinha para comprar tudo.

Depois que me casei, trabalhei em outras funções dentro do engenho, desde a plantação até o escorrimento da cachaça. Trabalhei por muitos anos no engenho São Raimundo da família Quaresma. Porém, a função que mais desempenhei foi a de foguista. Mas, depois que os engenhos fecharam, passei a sobreviver e sustentar minha família trabalhando nas olarias do Mamangal.

No rio Mamangal Grande existia uma olaria que teria sido de Raimundo Pretinho. Foi a primeira olaria que funcionou na comunidade. Raimundo Pretinho, filho de Elídia, pertencente à família Santos, era chamado assim porque era negro africano. Raimundo Pretinho era o líder da comunidade na época, articulando os eleitores para tirar seus títulos, mandava alistar, era o representante local. Trabalhei com ele paralelo ao trabalho no engenho. Depois, a olaria foi vendida para o pai de Santana, conhecido como Barena.

Depois que os engenhos fecharam, passei a trabalhar com Izidório Quaresma. Depois que ganhei experiência com cerâmica, eu e meu irmão

arrendamos uma olaria no rio Murutipucu, de propriedade de um senhor chamado Oliveira. A partir daí, começamos a trabalhar por conta própria por muitos anos nessa localidade.

Como as coisas não deram muito certo para o Santana no Mamangal, ele deixou o Mamangal e foi embora para a cidade. Eu e meu irmão arrendamos a olaria dele. O trabalho na olaria era bem pesado e arriscado. Se eu te contar, não vai acreditar no que aconteceu uma vez quando estávamos trabalhando na coleta do barro à noite. Vou te contar uma:

Um dia, estávamos tirando barro nesse igarapé. Estava eu, o Celino, o Branco e o João 5 Horas, aquele que tem um carrinho, um táxi na cidade. Nós quatro íamos, estávamos com quatro batelões e cada um tinha um. E aí eu fiquei por último. Pequena, eu estava para baixo da terra, mais distante que isto aqui (aponta para a mesa), eu estava fazendo um tatu. Eu peguei, meti a poronga na parede, era noite isso.

Então fizemos uma escadinha, eu fiquei lá dentro do buraco e outro mais perto da boca do buraco. Então um passava para o outro a bola do barro até jogar no batelão. O buraco estava tão fundo que eu estava em pé cortando a parede com meu arco. O buraco não corria para baixo, corria para o lado por baixo da terra. De repente, que eu olho, vi na parede que a terra vinha descendo devagar. Eu meti o pé de lá e gritei: “Corre, nós estamos mortos!” Só deu tempo de nós sairmos. Na hora que nós saímos, só vimos fazer pam (barulho), tampou. Ficaram todos os nossos instrumentos de trabalho embaixo da terra. Daquele dia em diante, disse que nunca mais ia tirar barro. Eu disse: “Jesus, me dá outro meio, que dessa eu escapei.”

Acredito que essa atividade acabou por ser um trabalho muito arriscado e a mão de obra, muito barata na comunidade. Nas olarias, sempre o dono aviava seus funcionários, sendo quem costumava aviar era o Brasil e Altemes. E deveriam pagar com tijolos.

Depois que as olarias fecharam, passei a trabalhar fazendo conserva de palmito. Já estava com 55 anos e fiz uma fabriqueta no lado de casa e comecei a trabalhar com meus filhos, sendo aviado pelo Manoel Quaresma e Deonato Santos. Aí eles me davam uma quantia de dinheiro, eu buscava o palmito, fazia a conserva e entregava para eles até pagar o valor que eles me adiantaram.

O açai era apenas para o consumo porque não tinham para quem vender. Às vezes, mandavam para o Moju. Depois do ano de 2.000, as coisas melhoraram

mais, o açaí passou a ter valor comercial. Então, assim como outros moradores da comunidade, no verão trabalhava na extração do açaí e no inverno com palmito. Porém, como meus filhos não queriam trabalhar no palmito, fechei a fabriqueta e passei a trabalhar de empregado de outras pessoas.

No nosso rio, tinham poucas casas, parece, que uma casa era longe da outra, tinha a impressão que o rio era mais extenso, parecia que tudo era mais distante, fazíamos esses trajetos, tudo a remo. Hoje Mamangal está muito movimentado, está parecendo favela tem casa pela frente e já está saindo favela, por trás. Antes as casas ficavam nas margens, hoje tem uma casa por trás da outra, as terras ficaram muito valorizadas aqui no rio. Então, tem que entender isso, que aumentou muita gente, por isso a escassez de muitos recursos da natureza devido a muita exploração, principalmente da caça e da pesca.

Comíamos muitas comidas saudáveis, muito peixe, por isso, graças a Deus, tínhamos mais saúde do que essa nova geração. Eu, graças a Deus, sou sadio, é difícil eu adoecer. Mas quando meus filhos adoeciam, eu tinha um patrão que era muito muito bom, o Izidorio eu não tenho o que me queixar dele, porque foi um patrão de valor, porque também, ele tinha um bom trabalhador, eu não tinha o que lhe falasse, que eu não fizesse, Carlota faz tal coisa que eu dissesse, não.

Às vezes, estava trabalhando lá na caldeira. Meu filho mais velho era muito doente. Quando, muitas vezes, avistava minha mãe vindo de casco, eu já ficava preocupado, porque como ela já era uma pessoa de idade, alguma coisa séria estava acontecendo em casa. Dizia: Meu Deus, lá vem mamãe! Mamãe se aproximava e dizia: Olha Pequenino, era assim que ela me chamava, pequenino, o Carlinhos está passando muito ruim lá, precisa levar ele urgente ao médico. Agora, corra. Ai o Izidorio dizia: O que é, cara? Rapaz, acontece que o moleque está doente. Vai-te embora. Pega canoa aí, pega o óleo aí e o dinheiro? Não, o dinheiro não, vamos lá.

Aí eu, poxa, então, vai lá, vai lá. No Agenor Quaresma nesse tempo, né. Eu vinha na Claudinha, uma embarcação do Izidorio, virava o motor e vinha embora. Embarcava o Carlinho e nós levávamos na Vila Maiauatá. Já era para a banda da tarde a consulta, consultava e vinha embora. Chegava aqui, amarrava a Claudinha no porto, ou então, se era cedo, eu ia levar até lá. E aí? Está tudo bem? Sim. Eu ia pagar esse dinheiro que ele me emprestou, que ia para a minha conta. Mas, quer dizer que na hora H, ele me desenrascava de qualquer maneira. Não aperreava,

tinha um patrão, tinha responsabilidade com seu trabalhador. Isso, eu nunca tive que me queixar. Entendeu? Era assim, quer dizer. Ao trabalhar contigo, tu tinhas responsabilidade comigo, no caso do Izidório.

O primeiro filho, o Carlinhos. Deu dor na mulher. Eu estava indo buscar a tia Davina lá na Rússia. Ela me disse: 'Olha, só operação.' Pensei: 'Pronto, agora acabou pra mim.' Mas eu ainda estava trabalhando lá e tinha uma boa reserva guardada. Peguei um casco lá na Rússia. O André veio comigo naquela época, viemos bater nos Quaresma.

Quando cheguei, o portão estava fechado, mas eu sabia como era que entrava lá. Tinha um peso grande na porta que eu escorava. Empurrei e entrei. Bati na porta dele. Ele respondeu: Quem é? Sou eu, seu Isidoro. É tu, Carlota? Falei, é. O que é que está pegando? Falei, rapaz, minha mulher está nessa e nessa situação. Quero levar ela lá para a cidade. Queria que tu me cedesses um motor e também um dinheiro. Ele perguntou: Quanto é? Falei, me dê um cruzeiro. Eu acho que era cruzeiro. Dona Luísa, esposa dele, falava: não te falei, leva ela para a cidade. Ela falava assim. É o primeiro filho, a gente não fica na casa. Respondi: Mas ela não quis ir. Ele me deu o dinheiro e disse: Nica, vai levar o Carlota pra onde ele quiser ir.

O Nica abasteceu e nós saímos daqui. Chegamos lá. O médico disse: Não, aguenta aí um pouco. Eu já tinha vindo do farmacêutico Agenor Quaresma da Vila Maiauatá. De noite. Ele passou o remédio. Uma pilulinha, que é para aguentar dor. Tu vais dar essa pílula uma hora da madrugada, mais ou menos. Faz duas. Se ela não tiver, tu vens aqui. Eu vou te dar uma injeção. Ela vai ter vivo ou morto, mas ela vai ter. Falei: Então me dê logo. Ele falou que não. Se eu te der, tu vais querer dar logo, antes da hora. Não me deu a injeção.

Eu falei, olha, já está aí o motor. Vamos embora. Eu já ia para Belém lá. Não sei por onde. Eu sei que eu ia. Dinheiro eu tinha. O Gracito conhecia Belém, igual a mão dele. Mas mandaram eu aguentar um pouco, quando eu dei, só chorou lá para o quarto. Falei, graças a Deus. Melhorou agora.

Pedi para o Nica que tinha ido me levar para ele me esperar um pouco. O dia amanheceu. Perguntei: Está tudo normal? Tudo normal. Aí, puxei os 100, disse: Toma, Nica leva e entrega de volta para os Izidório. O Nica falou: Rapaz, fica com o dinheiro. Falei, mas para que? Eu não quero. Queria se fosse para levar ela para Belém, entrega para o Izidório. Ele veio embora. Mas quer dizer que é na hora dos meus enrasques, eu pude contar com ele.

Trabalhei muito, em muitos serviços. Aos 60 anos, dei entrada na minha aposentadoria, mas só comecei a receber aos 65. Minha esposa também é aposentada. Hoje, nós sobrevivemos da aposentadoria e da venda do fruto do açaí, na época do verão. Levávamos uma vida tranquila e feliz.

Nos finais de semana, principalmente nos feriados, nossa família se reunia para conversar. Mas, há um mês, perdemos nosso neto para a violência, de forma trágica. Nunca pensei que isso pudesse acontecer aqui, na nossa região, nem que meu neto seria assassinado.

Falam que foi a polícia que matou, mas eu não sei se realmente foi. Não sei se ele devia alguma coisa à Justiça ou à polícia, porque, se fosse o caso, por que não o prenderam? Ele não tinha passagem. Mas não, tiraram a vida do meu neto daquele jeito. Nunca imaginei que ele morreria dessa forma, que iam tirar a vida dele de maneira tão cruel, sem chance de defesa.

Não sei daqui para frente como será nossa vida. Como tu sabes eu toco na Banda de Pagode Nossa Canção, mas hoje não estou conseguindo acompanhar eles, tenho uma tristeza muito grande, só Deus para nos ajudar.

Carlos Quaresma carrega em suas memórias as marcas de uma vida ribeirinha enraizada no território do rio Mamangal Grande, construída desde o trabalho precoce, da convivência familiar e dos desafios cotidianos. Suas lembranças não se limitam ao esforço físico e às restrições materiais enfrentadas ao longo da vida, mas incorporam também experiências de alegria, solidariedade e pertencimento, elementos que atribuem sentido à sua existência e à relação afetiva e simbólica que mantém com o lugar onde viveu e construiu sua história.

Essa trajetória, marcada pela participação em diversas práticas produtivas locais, confere a Carlos legitimidade e propriedade para refletir criticamente sobre o trabalho, as transformações do território e as condições de vida no contexto ribeirinho. A atuação no engenho, nas olarias, na produção do palmito e no manejo do açaí não constitui experiência fragmentada, mas antes percurso contínuo de aprendizagem, forjado na prática cotidiana, no esforço físico e na convivência comunitária.

Ao transitar por essas diferentes práticas produtivas, Carlos acumulou saberes técnicos, conhecimentos sobre o ritmo da natureza e uma compreensão aprofundada das relações econômicas que, historicamente, estruturaram a vida no rio Mamangal Grande. Dessa forma, seu relato ultrapassa o âmbito do relato individual e constitui testemunho social, no qual o trabalhador ribeirinho fala a partir de um lugar de experiência concreta, capaz de articular passado e presente, tradição e mudança, evidenciando os impactos das transformações econômicas sobre o modo de vida, a dignidade do trabalho e o sentimento de pertencimento ao território.

Vê-se, em seu relato, que o território deixa de ser compreendido apenas como espaço físico e passa a ser entendido como lugar de vida, de experiências, de afetos e de memórias, elementos centrais na constituição da identidade ribeirinha. O Rio Mamangal Grande se afirma, assim, como referência simbólica de sua trajetória pessoal e coletiva, onde se entrelaçam identidade, pertencimento e resistência, mesmo diante das rupturas impostas pela violência e pela perda.

Ao recordar sua infância, Carlos Quaresma evidencia uma trajetória marcada pela permanência no território, pelo ingresso precoce no mundo do trabalho e pelas limitações de acesso à escolarização formal. Embora houvesse uma escola na comunidade, as condições sociais e econômicas impunham obstáculos à

continuidade dos estudos, sobretudo diante da necessidade de contribuir para o sustento familiar, desde muito jovem.

Nesse contexto, a experiência educativa de Carlos Quaresma ultrapassa os limites da educação formal e se constrói no cotidiano, por meio do trabalho, da convivência comunitária e da relação direta com o território. A aprendizagem acontecia no roçado, no rio, no convívio com os mais velhos e na partilha de saberes práticos, evidenciando que aprender era parte indissociável do viver. Conforme afirma Brandão (2007), os processos educativos se constroem em múltiplos espaços da vida social, especialmente em contextos populares, nos quais trabalho e aprendizagem caminham juntos desde cedo. Essa perspectiva é reforçada por Freire (1996), ao destacar que a educação se constitui a partir das experiências concretas dos sujeitos, de seus corpos, de seus tempos e de suas realidades sociais.

A inserção precoce de Carlos Quaresma no trabalho revela uma realidade comum aos contextos ribeirinhos e rurais da Amazônia, onde o trabalho infantil é frequentemente naturalizado como parte dos processos de socialização e da economia familiar. Tal prática deve ser compreendida à luz das desigualdades históricas que atravessam a formação social brasileira: Schelbauer, Queiroz Neto e Oliveira (2021) apontam que crianças e adolescentes figuram entre os grupos mais afetados pelas desigualdades socioeconômicas, sendo o trabalho infantil uma expressão histórica destas estruturas desiguais, presentes desde o período colonial.

Ao longo de sua trajetória, Carlos Quaresma atuou em diferentes frentes de trabalho, especialmente nos roçados, nos engenhos de cana-de-açúcar, nas olarias, nas fabriquetas e posteriormente do açai. Essas experiências evidenciam a multiplicidade de funções assumidas pelos trabalhadores ribeirinhos e a constante necessidade de adaptação diante das transformações econômicas locais. O trabalho coletivo, organizado por meio de equipes empreiteiras, fortalecia vínculos comunitários e funcionava como espaço de aprendizagem, socialização e construção de identidades.

As relações de trabalho nos engenhos, nas olarias e na produção do palmito eram marcadas por fortes vínculos clientelísticos, bem como frequentemente organizadas por meio do sistema de aviamento. Conforme afirma Meira (2018), esse sistema se caracteriza pelo pagamento em mercadorias ou adiantamentos, restringindo a autonomia dos trabalhadores e perpetuando relações assimétricas. No contexto do Mamangal Grande, esse arranjo limitava a circulação de dinheiro e

condicionava a sobrevivência das famílias à permanência no âmbito de determinadas ocupações.

O trabalho nas olarias revela a dureza e a precariedade das condições enfrentadas pelos trabalhadores ribeirinhos. A extração do barro, realizada muitas vezes em situações de risco extremo, exigia esforço físico intenso e atenção constante, expondo os trabalhadores a acidentes graves e fatais.

O fechamento dos engenhos e das olarias provocou uma ruptura nas formas tradicionais de trabalho e na organização econômica da comunidade, desestruturando práticas produtivas que sustentaram as famílias por décadas. Como aponta Thompson (1992), o trabalho constitui uma experiência social vivida e, quando formas de trabalho se extinguem, não se perde apenas a renda, mas também um modo de existir no mundo. Diante desse cenário, os trabalhadores são levados a reconstruir estratégias de sobrevivência, mobilizando saberes tradicionais, trabalho familiar e criatividade. O relato de Carlos Quaresma é, nesse sentido, exemplar.

A produção artesanal de conserva de palmito e a extração do açaí emergem, em seu relato, como alternativas articuladas aos ciclos da natureza e aos saberes acumulados ao longo das gerações. Como mencionei anteriormente, antes de sua valorização comercial, o açaí ocupava um lugar central na alimentação das famílias, posteriormente, passou a integrar circuitos econômicos mais amplos, sem romper totalmente com os conhecimentos herdados do cotidiano ribeirinho. Essa adaptação revela a capacidade de reinvenção das famílias diante das transformações estruturais do trabalho, ainda que marcada por tensões intergeracionais e pelo risco de descontinuidade de práticas tradicionais.

Na etapa final de seu relato, Carlos Quaresma passa a olhar para o envelhecimento e a aposentadoria como um momento de transição importante em sua história de vida. Após anos de trabalho intenso, este período possibilitou a reorganização do cotidiano, permitindo que o tempo fosse vivido de forma mais tranquila, em torno da família, da convivência comunitária e das práticas culturais locais. A aposentadoria, nesse sentido, não representa apenas o afastamento do trabalho, mas a construção de um novo ritmo de vida, marcado pelo estreitamento dos vínculos afetivos e comunitários.

Conforme destacam M.Pereira e L. Santos (2016), o envelhecimento saudável está diretamente relacionado à permanência da participação social, cultural e

familiar, aspectos que se mantêm presentes na experiência de Carlos. É nesse processo de rememoração que emerge também um sentimento de nostalgia, a que referi anteriormente. No caso de Carlos, a nostalgia comparece associada ao tempo em que ele se reconhecia como alguém “sadio”, com disposição para o trabalho, para a vida comunitária e para as atividades cotidianas no território. Essa nostalgia não configura simples saudade do passado, mas antes forma sensível de reconhecer o valor de uma trajetória construída com esforço, autonomia e forte vínculo com o lugar onde viveu e constituiu sua história.

A nostalgia também não consiste em um desejo ingênuo de retorno ao passado, mas um modo de refletir sobre as transformações do corpo, do tempo e das condições de vida ao longo da trajetória. Para Carlos Quaresma, recordar o tempo da saúde plena significa valorizar sua identidade como trabalhador ribeirinho. Assim, a nostalgia parece atuar como um recurso de elaboração do envelhecimento, sustentando certa continuidade da vida e da identidade diante das limitações físicas que se impõem com o tempo.

É justamente nesse momento de maior estabilidade relativa, em que o passado funciona como referência afetiva e o presente parecia mais organizado, que a trajetória de Carlos é impactada por uma dor profunda. A perda violenta de um neto interrompe abruptamente o curso do cotidiano, introduzindo insegurança e sofrimento intensos, que reconfiguram sua experiência de vida. A violência rompe as expectativas de tranquilidade associadas à velhice e impõe novos desafios à saúde emocional, à participação comunitária e à própria percepção de futuro. A fala de Carlos sobre sua perda indica que, hoje, a experiência social do envelhecer em territórios ribeirinhos é marcada pela ambiguidade entre vínculos solidários, precariedades históricas e a exposição crescente à violência.

A violência abala a percepção do território como espaço de proteção e segurança, transformando-o também em lugar de lembrança do trauma. Contudo, conforme destaca Bosi (1994), a memória atua como um instrumento fundamental de preservação da identidade, ao articular experiências pessoais e sociais e possibilitar a elaboração de sentidos diante de acontecimentos traumáticos. No caso de Carlos, a dor não dissolve o sentimento de pertencimento; ao contrário, intensifica os vínculos com o território e com a memória compartilhada, que passam a funcionar como formas de resistência, de elaboração do sofrimento e de reafirmação da vida diante da perda.

2. Domingos dos Santos (87 anos), Rio de Mamangal Grande

Domingos dos Santos e sua família são moradores dos mais antigos no assentamento Ilha de Mamangal-Grande. Por sua idade e experiência, foi uma das pessoas a quem procurei, no início deste trabalho, em julho de 2023. Voltamos a conversar em outubro de 2024, quando registrei o relato que segue.

Sr Domingos dos Santos é afro-descendente, mas não enfatiza esse aspecto ao contar de sua trajetória como trabalhador. A ênfase recai, de fato, no percurso do trabalho infantil às tarefas insalubres na borracha, à exploração do trabalho em regime de aviamento nos engenhos e, por fim, ao trabalho com maior autonomia na coleta do açaí. Sr Domingos foi, ainda, funcionário público, ocupando função de barqueiro para levar os alunos do Mamangal-Grande e de outra comunidade, Suspiro, às escolas da região. A grande familiaridade dele com o rio é um traço marcante deste relato. Outro ponto a destacar, preliminarmente, é que a fala de Domingos não é atravessada pela nostalgia, na medida em que reconhece a dureza das condições de vida no passado e alguma melhora no presente. Seu conhecimento do rio, entretanto, o faz refletir sobre perdas ambientais e seu impacto sobre a vida do próprio rio.

Meu nome é Domingos dos Santos, conhecido como Abedino, tenho 87 anos, nasci no dia 10 de julho de 1938, aqui no rio Mamangal Grande. Meu pai era o Estácio Orestes dos Santos e Maria Agostinha de Souza Santos. Eu era neto da Lídia dos Santos, ela era mineira, uma mulher negra, sou pai de 11 filhos, estou no segundo casamento. Eu vivi alguns anos com minha primeira mulher, o nome dela era Maria Trindade Pinheiro dos Santos. Tenho, no total, 11 filhos.

Com 62 anos de idade fiquei viúvo, quando minha mulher morreu de infarto. Depois de 03 anos, conheci Kátia Suzana Ribeiro dos Santos, ela era mais nova. Ela tem hoje 67 anos, ela também era viúva, agora estou casado com ela.

Minha infância foi muito ruim, com muita dificuldade devido ser de família pobre, passei muitas necessidades juntamente com meus irmãos, precisando trabalhar cedinho para ajudar no sustento da família.

Acompanhei meu pai e minha mãe no trabalho para ajudar no sustento da família. Lembro que trabalhei muito, lembro que eu era adolescente, trabalhei com a borracha. Eu ia ajudar a mamãe a carregar o paneiro com barro, o barro para pregar a tigela, aquela tigelinha que coloca para aparar o leite. Pegava e cortava, pá. Aí pegava e colocava um pedaço de barro no beijo da tigela e colava na árvore, passava o dedo para quem tem prática, sabe e aí já ia para outra.

Também trabalhei em outros trabalhos, como na cana. Lembro que nesse período foi muito difícil para os agricultores que dependiam dessa renda. O começo foi difícil, agora foi, foi, foi, sabe como é, o negócio ia melhorando, a família ia crescendo, foi, foi, foi que o papai sentou numa sociedade com tio Raimundo, negócio de cana sabe? Foram pegando o pessoal e conhecendo que findou nisso.

O papai fazia o roçado e era aviado pelos Leão, aqui no Engenho Recreio. Eram os Leão que eram os patrões dele: Caetano e Acácio, só esses dois. O Rufino já estava fora, em outro engenho. Com quem eles trabalharam foi Rufino e Acácio, e foi lá que eu comecei a trabalhar, no roçado, puxando lenha para a beira. A gente cortava lenha, puxava, plantava o milho atrás; o cara ia muçucando, era isso. Eu comecei por lá.

Olha, a gente roçava toda a área, sabe? O lugar que ia ser roçado. Depois parava uns dias para secar aquela primeira roça que a gente tinha feito. Secava, aí esperava o secamento e já derrubava todos os paus, ficava praticamente só a terra. Metia fogo no roçado, plantava milho, arroz e cana. Fazia toda a lenha do roçado que tinha, punha na beira e entregava, porque eles estavam aviando, né? Eram eles

que estavam pagando tudo. A gente entregava para eles, eles mandavam passar, e aí seguia.

As mulheres daqui, além dos trabalhos que elas realizavam em casa, também trabalharam duro na da cana, trabalhando duramente nos roçados daqui do rio e de outros também. Ah minha filha! Se eu te contar esse pedacinho de dia, não dá para contar o que essas mulheres passaram. A mulher de antes passava, trabalhavam igualzinho homem, igual, igual, igual.

Olha, o pior de tudo é que o dinheiro era difícil nesse tempo, mas a gente ia se ajeitando, um pouquinho daqui, um pouquinho dali, até que varava, passava. Todos os engenhos tinham comércio, era comércio, era armazém, não era comércio pequeno. Queria que tu visses o tamanho que tinha aí no Brasil, do Caetano, do Acácio, mais lá dentro. Todos, todos esses engenhos aviavam, era mesmo como tu estás vendo... era muito grande.

Aqui no Horizonte, Brasil, tudo, tudo eles aviavam. Começava do primeiro até o último, quando o dia começava, eles entregavam: – olha, seu roçado está pronto. Estava tudo capinado, financiando todinho. A gente fazia a lenha e entregava, e aí ia, ia, ia, até que terminava tudo pronto.

O trabalhador ia lá e entregava o roçado, ficava esperando a cana amadurecer para cortar, para ver quanto ia dar. Era muito difícil ver a cor do dinheiro, difícil mesmo. Os trabalhadores recebiam uma ficha, um vale, que tinha valor de dinheiro. Era um papel aquilo, mas era bem feito e chamava ficha. Era o dinheiro que corria nesse tempo, era a ficha.

Ah, minha filha, se isso ainda existisse, acho que não tinha nem metade da gente que tem hoje; nós já tínhamos morrido todinhos. Eu digo que era assim, porque isso...

Me escuta, minha filha... eu vou te dizer só uma coisa, me escuta. Um dia de sábado, isso não foi uma nem duas vezes que aconteceu, nós íamos lá para o Meruu à faia [remo com cabo comprido com duas pás], nesse tipo de maré assim [aponta para o rio], que anoitece assim, vazando, nós íamos para boca do São João, chegando lá pegava, quando a água repontava de noite, já sexta para amanhecer sábado, lá em cima no Meruu nós íamos a noite inteira, olha maruim (estalando os dedos) atacava a gente que nós amanhecia todo columbado, tudo ferrado e lá não aparecia ninguém, o dono morava para Abaeté. Quando era no outro dia ele

mandava nos buscar. Ficávamos o dia inteiro sem meter uma bocada de comer na boca, viste? [Silencia, por um momento]. Ficava lá, esperando.

Vou te dizer: teve uma vez que nós estávamos cortando cana. Era sexta-feira. Chegamos lá no São João e o trabalhador, que eu esqueci o nome agora, disse assim: – Euclides, olha, o fulano de tal. Esqueci o nome, veio falar que é para ir para tal canto amanhã.

E aí, como é que nós fazemos? O Ranolfo falou: – É, nós vamos de noite, que a maré está enchendo, vai dar boa”. Isso na sexta-feira. – O senhor vai nos levar lá de noite, nós ficamos, e quando é de manhã nós cortamos a cana e viemos embora.

– Tá, reuniu lá. Ele veio, reuniu tudo. Ele tinha canoa, uma montaria grande, para nós embarcar.

Chegamos lá, embarcamos. Ele disse: – Olha, vou fazer o seguinte com vocês. Já era o singa, barco grande, não era o zinho, não era o barco pequeno, já era o grande. Disse: – Eu vou deixar vocês lá, em cima, no Meruú. Vou deixar vocês lá e venho embora, porque eu tenho uma viagem para Abaeté, mas eu mando buscar vocês.

E nós já estávamos pensando em tirar de manhã a cana, mas não ia dar de jeito nenhum, e não deu. Porque lá, era o seguinte: no rio estava correndo a água, no caso das enchentes, mas lá nas cabeceiras do igarapé, tu sabes o que é, o igarapé descendo, os rios, tu sabes como é? Já estava vazando há muito tempo. Quando a gente chegava a preparar o batelão lá, o batelão já nem saía mais do lugar. E nós ficamos lá nesse sábado, era um sábado. O dono da cana, lá em Abaetetuba, fez a viagem dele. Quando chegou, mandou os pequenos irem nos buscar.

Chegando lá, viremos a bicha. O pequenino disse assim: – Olhe, vamos tomar força: quem corta, corta; quem arruma, arruma; quem bate, bate, para nós sair nessa maré aqui.

Nós éramos muitos, para nós embarcar a cana e sair daqui do Igarapé, e já era sexta-feira, nós já estávamos no sábado, já estava no sábado, nós fizemos mais não nem chegamos nem no meio do igarapé, a água seca para baixo chegamos lá o dia inteiro sem meter uma bocada de comer.

O dono da casa não apareceu, ninguém apareceu lá, e nós ficamos lá até seis horas da tarde, ia dando seis horas da tarde, até essa água crescer para passar

por cima do pau. Eu ia me embora, varamos lá no rio, eu ia me embora. Aí o Ranolfo foi nós buscar, chegou lá pegamos, eu ia me embora, quando nós chegamos lá a água corria muito na boca do Anapú para lá começou, isso já era tarde da noite, começou um vento, vento, vento, que caiu galho, uma tempestade.

O vento nos pegou e nos jogou para baixo do pau e a água estava grande na beira do rio, pequena, foi um vento, nós quase morto, tu já pensaste, sem meter um bago de farinha no dente. Aí ficamos lá até a água preamar, já era tarde, mas, viemos embora.

Amanhecemos lá, jogamos a cana, viemos chegar umas oito horas, para as nove horas aqui, desde sábado a essa hora aqui, sem meter uma bocada na boca. O velho Euclides foi um, era ele que era o chefe. No fim, entregávamos tudo na mão dele.

O trabalho no engenho era muito difícil, não havia, acreditava que os donos de engenhos agiam dessa maneira porque tinham medo de ficar pobres. Por isso, não existia dia bom, de fartura. Inclusive em feriados como na Páscoa a situação era bem difícil, não tínhamos tempo para nossas famílias e nem podíamos dar muita coisa a elas. Era bem ruim, até vou te dizer uma coisa, até que podia não ser, podia não ser assim tanto ruim, mas eu acho também que eu, tanto que o dono dizia assim, o dono do engenho dizia mais se eu desse um bocadinho do que eu tenho poderei ficar pobre, ia ficar pobre, aí já sabe, aí travava o negócio que era só Deus, olha nós estava conversando semana santa, uma semana santa para passar, hum, não era brincadeira não.

Antigamente, no feriado de semana santa, os donos de família pelejavam para comer um bolo, uma comida diferente. Mas sabe, era difícil sim as coisas, mas tem uma coisa que eu vou te dizer, tem uma coisa boa que hoje não se vê mais. Antes o pouco que tínhamos, sentava no chão com a família, a mulher dividia a comida para nós e era uma alegria para as crianças, nós conversávamos, ríamos, as crianças não reclamavam de nada. Quando comprávamos pão pela manhã, era dado um pedacinho para cada um e era aquela alegria.

Tinha uma coisa que a Trindade não abria mão, era do almoço e jantar todos juntos, até porque tinha que dividir a comida. Mas ela dizia que era um momento importante, que nós orávamos juntos pelo pouco alimento que nós tínhamos. Hoje, as famílias têm mais condições, os filhos escolhem o que querem comer, se o pai não der o que quer, faz birra, greve de fome. Não comem mais juntos, já comem no

quarto. Fico olhando, as vezes estão todos no mesmo lugar, mas cada um com telefone. Minha família não era assim.

Mas só voltando um pedacinho aqui, os donos de engenhos daqui tinham grandes comércios que vendiam tudo o que seus trabalhadores precisavam. Com isso, não havia necessidade de nós ir buscar alimentos em outros comércios até porque não tínhamos dinheiro. Lá era armazém, a comida era salgada, tinha vezes que compravam a comida, outras vezes davam porco, que eles criavam. Era assim, mas era armazém, comércio de antes era armazém. Olha, Brasil, Recreio, Anilo Cardoso, para cá para cima, tudo, tudo quanto era engenho era difícil não ter um armazém, tu sabes o que é um armazém?

Olha, os principais engenhos daqui foram dos irmãos Isidorio Quaresma e Thiago Quaresma, mas existiam outros fora do rio, tinha o São João de João Boi, Horizonte, São Paulo. Mas na época do São João no Furo do Seco, as coisas já não estavam tão ruins como antes: Eu trabalhei, muito, muito mesmo, mas já, já não estava mais como era, tanto como era, já estava começando a aliviar, eles já eram camarada caso se precisasse de alguma coisa, corríamos com eles.

O João Boi era um dos donos de engenho, mas ele não explorava os trabalhadores dele. O negócio foi melhorando, graças a Deus. As condições de trabalho começaram a melhorar depois que a cana de açúcar começou a parar no município. Os trabalhadores começaram a buscar outras formas de sobrevivência. O negócio começou a refrescar, refrescar né, a cana começou falhar, a gente não se fiou mais na cana, a gente fazia um negocinho daqui, outro dali, até que acabou, graças a Deus.

Também trabalhei tirando palmito, mas nunca trabalhei em olarias e nem na retirada de barro. Não, a gente trabalhava assim, cortava o palmito, mas na olaria eu não trabalhei aí passou para açaí, aí o negócio foi melhorando até que endireitou.

Já depois, acho que foi em 1996, consegui uma vaga de barqueiro pela prefeitura, no início levava alunos para a Vila Maiauatá no horário da tarde, levava a canoa cheia de alunos, o nome da canoa era Vencedora, os alunos todos me respeitavam, eles eram obedientes, iam comportados, escrevendo, lendo ou conversando com o colega. Quando saímos da Vila Maiauatá já eram mais de 6hs da tarde, chegávamos de noitinha no Mamangal. No inverno pegamos muito temporal pelo rio. Não ganhava muito, mas já me ajudava muito. Depois que o prefeito Pina ganhou, me transferiu para escola Caetano, lá no Suspiro, trabalhei

muitos anos lá, no início os alunos eram comportados, mas nos últimos anos teve vez que eu precisei parar a canoa no meio do rio para chamar a atenção deles, se não iam virar o barco de boca para baixo. Não obedeciam, respondiam. Vi que na minha idade não suportava mais aquilo.

Mesmo aposentado, ainda continuei, mas chegou um momento que passei a vaga para meu neto levar os alunos, as doenças começaram a aparecer, já não enxergava direito. Quem dirige precisa enxergar bem. Depois entreguei a vaga.

Graças a Deus, sou aposentado, tenho uma área de terra que cultivo açaí, meus filhos que colhem. Desde o ano 2000, vem sendo a principal fonte de renda da família. Bem depois que o açaí passou a valorizar nossa situação mudou, passamos a viver dias melhores. O açaí é uma riqueza muito grande, o que nós temos, olha nós estamos aqui bem graças a Deus, comer tem né, nós temos tudo graças a Deus, primeira coisa nós temos Deus na vida né, e depois aquelas outras coisas graças a Deus, estou te dizendo minha filha. As coisas mudaram muito, umas para melhor e outras para pior.

Hoje temos muitas coisas boas, televisão, as pessoas já têm suas casinhas melhores, comem o que querem, saem para passear. Mas o nosso rio mudou muito. Já viste que ele está ficando seco? Antes o único empecilho para andar de maré seca eram as pedras, mas conseguimos passar com facilidade, devagarzinho, como tinham poucas canoas o nosso rio era mais conservado. Agora o rio secou, quando a maré está muito seca na tapecuema⁴, o pessoal das cabeceiras ficam presos nas suas casas sem sair, porque o rio secou. Te juro, me dá vontade de chorar. O pessoal não cuida mais. O rio é muito importante para nós, antes todo mundo tomava banho no rio, mas agora não podemos mais, porque a água está toda revirada e o rio seco. É triste...

Já prestaste atenção que na televisão muita coisa passava de seca, da quentura, parece que não nunca ia chegar para nós e tudo isso já está acontecendo. Já vi mato pegando fogo aqui perto de nós de tão quente que está. Fico pensando o que vai ser dos meus bisnetos. Minha filha só Deus por nós, mas é ele mesmo né? Porque se não fosse ele o que seria de nós.

⁴ Tapecuema é o nome local de um fenômeno lunar que provoca a parada do fluxo e refluxo das marés, levando ao ponto mais baixo do volume de águas.

A trajetória de Domingos dos Santos constitui um testemunho denso, marcado pela experiência vivida no trabalho e a relação histórica entre sujeitos ribeirinhos, economia extrativa e natureza no rio Mamangal Grande. Seu relato não se organiza em torno de uma narrativa idealizada do passado, tampouco ressalta o sofrimento. Ao contrário, Domingos fala a partir de uma consciência madura da dureza da vida que levou, reconhecendo tanto as violências estruturais que marcaram sua experiência quanto às transformações que, em certa medida, trouxeram melhorias às condições de vida no presente. Essa postura confere à sua fala um tom sóbrio, reflexivo e crítico, que se distancia da nostalgia e se aproxima de uma leitura histórica.

Domingos foi inserido precocemente no mundo do trabalho, realidade comum às famílias ribeirinhas da Amazônia. Trabalhar cedo não aparece como escolha, mas como necessidade imposta pelas condições materiais da família. A lembrança da pobreza pauta a narrativa de sua infância, tematizando a escassez, à fome e à obrigação de contribuir para o sustento da família. Nesse contexto, o trabalho surge como elemento estruturante de sua formação, moldando sua percepção do mundo e suas expectativas de vida. Não há, em sua narrativa, separação entre infância e trabalho: crescer significava, necessariamente, aprender a trabalhar.

Sua passagem pelo trabalho na borracha revela não apenas o esforço físico exigido, mas também o aprendizado de técnicas específicas, como o preparo das tigelas e o manejo do barro para coleta do látex. Esses saberes, transmitidos na prática e no convívio familiar, demonstram como o conhecimento tradicional era incorporado desde cedo, em um processo educativo informal, porém rigoroso. Ainda assim, trata-se de um trabalho insalubre, realizado em condições adversas, que evidencia a exploração dos jovens em atividades de alto desgaste físico.

A experiência subsequente de Domingos dos Santos nos engenhos de cana-de-açúcar aprofunda essa lógica de exploração. Seu relato oferece uma descrição minuciosa do funcionamento do sistema de aviação, no qual os trabalhadores eram mantidos em permanente endividamento por meio do controle do comércio e da circulação de mercadorias. O dinheiro praticamente desaparece, substituída pelas “fichas”, símbolos materiais de uma economia que restringia a autonomia dos trabalhadores e os mantinha presos aos donos dos engenhos. Ver a “cor do dinheiro” era raro, e a remuneração em vales reforçava a dependência estrutural.

O cotidiano narrado por Domingos Santos é marcado por jornadas exaustivas, deslocamentos perigosos pelo rio, fome prolongada e exposição constante a riscos naturais e humanos. Os episódios vividos nas viagens noturnas, enfrentando marés, tempestades, maruins e longos períodos sem alimentação, revelam a dimensão extrema da exploração do trabalho. Esses momentos são narrados com forte carga emocional, evidenciada pelas pausas, pelo silêncio e pela maneira como relata sua trajetória. Não se trata apenas de contar fatos, mas de reviver experiências.

Ao mesmo tempo, Domingos dos Santos reconhece que esse sistema de exploração estava sustentado por uma lógica de medo por parte dos donos de engenhos, que temiam “ficar pobres” caso concedessem melhores condições aos trabalhadores. Essa percepção revela uma leitura crítica das relações de classe: ele compreende que a dureza do regime não era fruto do acaso, mas de uma estrutura econômica profundamente desigual, que naturalizava a privação como mecanismo de controle.

Um aspecto significativo de sua narrativa é o destaque dado ao papel das mulheres. Domingos reconhece que elas trabalharam “igualzinho homem”, enfrentando as mesmas exigências físicas nos roçados e nos engenhos, além das responsabilidades domésticas. Essa observação ilumina o trabalho feminino e reafirma a centralidade das mulheres na manutenção da vida familiar e comunitária, mesmo em contextos de extrema precariedade.

Apesar de todas as dificuldades, Domingos dos Santos não reduz sua memória apenas ao sofrimento. Há espaço, em seu relato, para recordar valores como a solidariedade, a partilha do pouco alimento disponível e a convivência coletiva em torno das refeições. Esses momentos aparecem como contraponto à dureza material da vida, revelando formas de riqueza simbólica e afetiva que sustentaram as famílias ribeirinhas. A prática de comer juntos e dividir igualmente a comida é apresentada como elemento de dignidade, em contraste com o individualismo que ele considera ver nas gerações atuais.

A transição para outras atividades econômicas, como a coleta de palmito e, posteriormente, do açai, marca uma mudança importante em sua trajetória. O declínio da cana-de-açúcar no município abriu espaço para formas de trabalho com maior autonomia, ainda que não livres de dificuldades. O açai, especialmente a partir dos anos 2000, surge como elemento central de melhoria das condições de vida da família. Domingos dos Santos associa essa mudança a uma sensação de

“endireitamento” da vida, na qual o trabalho passa a garantir maior segurança alimentar e estabilidade econômica.

Sua experiência como barqueiro da prefeitura representa outro momento de inflexão em sua trajetória laboral. Trata-se de um trabalho formal, associado ao serviço público, que lhe conferiu reconhecimento social e relativa estabilidade. A familiaridade profunda com o rio, construída ao longo de toda a vida, foi fundamental para o desempenho dessa função. O respeito inicial dos alunos e o cuidado com a travessia reforçam a imagem de Domingos dos Santos como figura de confiança na comunidade. No entanto, mesmo nesse trabalho, surgem limites impostos pela idade, pela saúde e pelas transformações no comportamento social, levando-o a se afastar da função.

No presente, já aposentado, Domingos avalia sua vida com gratidão, mas também com preocupação. A melhoria das condições materiais é reconhecida, assim como o acesso a bens e serviços antes inexistentes. Contudo, sua fala se torna mais melancólica ao abordar as transformações ambientais do rio Mamangal Grande. O conhecimento acumulado ao longo de décadas lhe permite perceber, com clareza, o processo de degradação ambiental, o assoreamento, a seca, a poluição e a perda da qualidade da água. O rio, que antes era espaço de vida, trabalho e lazer, transforma-se em motivo de tristeza e preocupação.

Essa reflexão sobre o desastre ambiental está profundamente ligada à experiência vivida e à preocupação com as gerações futuras. Domingos dos Santos expressa medo pelo futuro dos bisnetos e associa as mudanças climáticas, vistas antes apenas pela televisão, à realidade concreta do território onde vive. Seu relato evidencia como as populações ribeirinhas são testemunhas diretas das transformações ambientais e, ao mesmo tempo, vítimas de processos que não controlam.

Assim, a narrativa de Domingos dos Santos articula sofrimento e resistência, crítica e gratidão, passado e presente, oferecendo um testemunho potente do trabalhador que construiu a própria vida em meio a condições historicamente adversas, sem perder a capacidade de refletir, sentir e cuidar do mundo ao seu redor.

3. Maria das Graças Santos, 77 anos, Rio Mamangal Grande

O diálogo que mantive com D. Maria das Graças dos Santos ocorreu em julho de 2025. Ouvindo dizer que eu registrava as lembranças dos mais velhos, ela tomou a iniciativa de me procurar e dar seu testemunho.

O relato de D. Maria das Graças se constrói com foco nas transformações sociais, ambientais e culturais ocorridas na região de Igarapé-Miri, ao longo das últimas décadas. Seus temas são a experiência cotidiana, a memória afetiva e, destacadamente, as mudanças percebidas na sociabilidade, bem como no território e no meio-ambiente. Suas memórias referem-se a saberes tradicionais construídos no cotidiano ribeirinho, especialmente aqueles relacionados ao cuidado com a natureza, à pesca, às marés, à saúde e à educação dos filhos.

Ao narrar sua trajetória, Maria das Graças não apenas rememora fatos do passado, mas estabelece comparações constantes entre “o tempo de antes” e “o tempo de agora”, em avaliação crítica quanto à perda da fartura, à degradação ambiental, ao enfraquecimento de valores comunitários e às transformações nas relações familiares. Suas memórias são, assim, atravessadas por sentimentos de saudades, nostalgia que, embora possa conter distorção quanto a um passado sempre benévolo, projeta uma leitura das mudanças percebidas diante do avanço tecnológico, das perdas ambientais e de novas práticas sociais.

Eu sou Maria das Graça dos Santos, tenho 77 anos. Eu não era daqui, eu não morava aqui no Mamangal Grande, era estrangeira [risos], morava na Rússia, no Rio Meruú- Açú, ali onde o Dirinha mora, aquilo era tudo nosso, minha família cresceu naquele lugar, tomaram todo nosso terreno, era herança dos nossos pais. Com a idade de 9 anos eu morei na cidade de Igarapé-Miri. Desde a idade de 9 anos eu morei em Igarapé-Miri. Com 15 anos, 16 anos eu me mudei. Fiquei de namoro e retornei para a Rússia. Fiquei em Igarapé-Miri e morei lá, desde de 9 anos até 16 anos.

Cheguei ao Mamangal Grande quando tinha 21 anos e, hoje, aos 77, já são 56 anos vivendo aqui. É muito tempo, não é? Vim para cá depois que me casei, porque meu marido era daqui. Naquele tempo, o Mamangal Grande era muito diferente do que é hoje: o rio, as casas, as pessoas, tudo era diferente. Havia muita fartura de alimento, especialmente de peixe. Não tínhamos tantas coisas como temos agora, mas vivíamos em paz. Tanto na cidade quanto, principalmente, no interior, não existia a violência que se vê nos dias de hoje.

Quando vim morar para cá, tinha muito alimento, muito peixe, como não existia malhadeiras e outros utensílios de pesca que pegam até os peixinhos e com isso acabaram tudo, por isso a escassez dos alimentos nos rios. Você já prestou atenção que nem o rio praticamente não temos mais, o rio secou. Fizeram tantas coisas com a natureza, que hoje os barcos não conseguem nem trafegar mais no nosso rio. Já estamos andando somente de maré grande. Lá nas cabeceiras, as pessoas ficam presas nas suas casas sem poder sair quando a maré está seca, porque o rio secou. Com isso até os peixes não temos mais.

Sabe o que eu digo? Hoje em dia é preciso ter termo para poder pescar, tem que assinar documento, mas, mesmo assim, muitas pessoas não respeitam. Naquele tempo não existia nada disso, não tinha termo de pesca, não tinha fiscalização. Ainda assim, havia consciência. As pessoas sabiam que era preciso preservar os rios e cuidar da natureza. Se existia algum órgão que fiscalizasse, eu não conhecia, mas o próprio povo cuidava. Por isso havia fartura de peixe e de camarão. A gente não pescava além da necessidade. Colocava o cacuri nas baixas fundas e pegava aquelas pescadas enormes, mas sempre só o suficiente para o sustento da família. Hoje é diferente, quando começam a lancear, é até acabar com tudo. Naquele tempo não tinha malhadeira, não tinha tarrafa e nem essa quantidade

de rabudos e motores que existem agora. Hoje os rabudos não param de passar pelo rio, espantando o peixe e contribuindo para a escassez.

Hoje, as pessoas já não andam mais de canoa a remo. Há crianças e até adolescentes que moram no interior e não sabem sequer remar, porque muitas vezes já nem existe mais o casco. Esse modo de deslocamento, tão comum no passado, parece estar em extinção no nosso município. É raro ver alguém seguindo pelo rio apenas no remo. Ao mesmo tempo, a quantidade de barcos motorizados aumentou muito, e a gente sabe que esse movimento constante espanta o peixe, alterando o ritmo do rio e afetando diretamente a pesca e o modo de vida das comunidades ribeirinhas.

Eu lembro que eu já morava aqui, logo que apareceram as malhadeiras, nós compramos uma, mas a malha não era pequena, eu pegava minha malhadeira, colocava e quando vinha tirar muitas vezes estava presa. Mas eu conseguia soltar e estava cheia de peixes. Eu chegava em casa, eu tirava os peixes e pegava panelada, olha o tamanho dos peixes(gesticula), só peixe grande.

Porque, primeiro, nós lá pegávamos peixe na malhadeira, na linha de pesca, no caniço. Agora, o que é que a gente pega? Nadinha. Pegávamos peixe no quintal de casa, nas baixadas. Hoje em dia, a gente pesca e não consegue pegar mais peixe. É que o pessoal acaba pescando tudo de uma vez. Eles não pescam só o necessário, pescam até acabar mesmo.

Hoje, se queremos comer um peixe de tamanho maior, precisamos comprar na Vila Maiauatá, ou em Igarapé-Miri ou esperar o peixe passar vendendo de outros lugares. O peixe está escasso, o camarão também.

Sabe, parece que tudo mudou. Lembro que meus pais e até eu mesmo me baseava muita coisa pela maré, o remédio pra vermes que dávamos para os nossos filhos era de acordo com a maré, até hoje é assim, quando a maré era lançante não poderíamos dar o remédio, senão os vermes aceleravam, assim aprendemos com nossos pais, assim fazíamos com nossos filhos. Sabíamos quando ia chover pela maré. Mas hoje enfrentamos uma triste realidade, não sei o que está acontecendo, o nível da maré está subindo tanto principalmente nos meses de março e setembro, que a maioria das casas estão indo no fundo. É uma luta, minha casa é nova de alvenaria, preciso mandar levantar o piso, tive que mandar fazer uma porteira, mesmo assim lágrima água. Não sei, não sei mesmo o que está acontecendo, mas nosso rio está diferente. Muita coisa não tem mais como se basear.

Outra coisa, tu já reparaste que a natureza mudou? Tem um nome que falam que o planeta está ficando quente, não sei bem como é, mas já escutei. Lembras o que aconteceu no início deste ano? Ficamos mais de 40 dias sem chover, as matas secaram, as terras pegando fogo, parecia que essas coisas não iam acontecer por aqui. Parecia que era coisa lá de fora. Te juro, fiquei desesperada enquanto a chuva não vinha. Só sabíamos de notícias de que as terras de pessoas conhecidas do nosso município tinham pegado fogo. Sabe o que é? É muita quentura, muita destruição da natureza.

O nosso açaí era muito bom, tomávamos só do grosso, tinha um aroma e um sabor diferentes de hoje. Como o açaí não tinha valor, não era vendido, era plantado somente para o consumo, os pequenos apanhavam aquele açaí taira e era amassado no alquidar. Saía aquele açaí vermelho bem intenso. Bem, era muito gostoso, principalmente acompanhado com um peixe salgado, peixe liso, capivara... era muito bom. Como meus filhos sempre foram obedientes, eu dizia para o Carlinho, que era o maior, apanhar o açaí cedo. Ele ia e apanhava, e a menina, que era a mais velha, me ajudava nas tarefas de casa. Credo, meus filhos já me conheciam no olhar. Que saudade desse tempo... éramos felizes com pouco.

Mas agora não. Para tu veres a diferença entre a criação de hoje e a criação de antes. Vou te falar uma coisa aqui, né? Não estou falando mal, mas a criação dos filhos de hoje não é igual à de antes. Antes, os filhos obedeciam aos pais. Os meninos, desde cedo, trabalhavam com o pai para ajudar no sustento da família e se tornavam homens de bem. As meninas ajudavam nos afazeres domésticos: lavavam, passavam... e olha que era no ferro a brasa, o que dava muito trabalho, porque tinha que fazer o fogo para produzir a brasa e só depois as roupas eram passadas.

Meus filhos andavam todos limpinhos e bem passados. As meninas eram donas da cozinha, donas da casa. Eu era dona de casa e ensinei minhas filhas a ser donas de casa. Por isso, os casamentos duravam mais, porque, quando se tornavam adultos, tinham compromisso. Não havia tanta violência, porque os meninos eram trabalhadores e não tinham tempo para isso.

Hoje a gente já não vê nada disso. O que a gente vê são as crianças, os jovens, no celular o tempo todo. Se a criança está dando trabalho, os pais dão o celular, para não terem trabalho de ensinar e cuidar das crianças. O celular é uma grande utilidade quando se sabe usar, mas veio destruir famílias inteiras, veio para

acabar. E aí a menina não aprende a fazer nada em casa. Quando estiver com 12 anos, já estão de marido, mas não sabem nada, e com isso vêm as constantes brigas, o que faz com que os casamentos acabem muito cedo.

Quanto à obediência, ao respeito, hoje já não se vê mais. Eu fui criada no tempo em que as pessoas respeitavam umas às outras, os idosos, as pessoas mais velhas. Tínhamos que tomar bênção e, quando adultos conversavam, as crianças não podiam participar da conversa. A obediência é muito, muito importante. No meu tempo, tínhamos que obedecer e respeitar nossos pais e as pessoas mais velhas. Ensinei meus filhos do mesmo jeito. Mas agora, o que vemos são crianças desrespeitando os pais; o respeito pelos mais velhos não existe mais. Se adultos estão conversando, elas passam no meio da conversa, se metem. Já vi filho desmentindo pai na frente dos outros. Meus filhos não fariam isso, porque não foi isso que ensinei.

Sou do tempo em que, quando chegava ou saía de casa, tinha que tomar as bênçãos dos pais e dos mais velhos que estivessem por perto. Hoje, essa cultura está se perdendo. Para mim, a influência da tecnologia, principalmente do celular, veio acabar com a obediência.

Talvez você não concorde comigo, mas, para mim, o que veio influenciar e fazer com que as crianças e adolescentes se tornassem assim desobedientes, e todos esses bandos de bandidos que existem, é culpa do Conselho Tutelar, tudo consequência disso. Tem famílias em que, se o filho não quiser trabalhar, não trabalha, porque a família tem condições de manter. Mas tem pessoas que não têm condições, não têm nem comida. E o filho quer as coisas, e não há condições financeiras para comprar. O que ele vai fazer? Vai roubar, porque ele quer.

Lembro da Maria Isabel, meu filho era magrinho e ia trabalhar com o pai dele, não em serviços pesados, mas ajudava o pai e aprendia a ter gosto em ganhar dinheiro. Punha matapi comigo, pescava, fazia paneiro, tudo isso. Graças a Deus, nenhum dos meus filhos me deu trabalho; todos são trabalhadores.

E agora você não vê uma criança trabalhando mais, porque, se trabalhar, alguém denuncia e lá vem o Conselho Tutelar te prender. Tem que ensinar a trabalhar; se ensina a ser vadio, vadio ele fica. Outra coisa, naquele tempo, se a criança ainda não dava conta de ajudar fora, a criança ficava em casa, não ficava pela beirada aprendendo coisa errada. Era a mãe que mandava nos filhos. Hoje é o

filho que manda nos pais. Tenho visto cenas que não consigo nem acreditar no que estou vendo. É tanta rebeldia neste mundo, que nunca vi.

Por isso, que as coisas estão desse jeito, que ninguém dá mais conta dos filhos. Trabalho não mata ninguém, nunca vi já tanta proteção de pais, que os filhos não fazem nada. Meu tempo não era assim, mas vê se as pessoas não prestavam. Mas isso também é bondade de pai, é tanta amizade de pai e mãe que estraga. Ainda tinha mais uma coisa, quem tinha filho pequeno, não ficava saindo e largando filhos para outros cuidarem. Os pais cuidavam dos filhos. Hoje muitos pais jovens não tem compromisso com família, com isso sobra para os avós tomarem conta das crianças.

E outra coisa, que tinha criança não saiam por aí, ts ts, só saía com 15 anos, isso acompanhado por uma pessoa responsável, agora saem a hora que querem, não importa a idade, às vezes nem avisam que já vão sair e pegam rumo ignorado. Pai e mãe não governaram mais filhos. Os filhos que já mandam nos pais, isso é muito feio.

Hoje, passei só eu e meu velho o dia todo na casa. Sentamos no pátio e começamos a lembrar das coisas. Outro dia estava conversando sobre a água, que agora se não for água mineral ou de poço tratada as pessoas não tomam porque faz mal. Eu não, eu sempre cuidei da minha água, eu sempre bebi a minha água, sempre tomei líquido. Mas eu tinha minha tina, depois o bidão e botava a minha água pra sentar com pedra úmida. Agora coloco o pó sentante porque é mais prático. As vezes que eu mando meu marido pegar água de poço. Muita coisa mudou, tomávamos água do rio e não acontecia nada. Sei bem que, há um tempo, muitas pessoas tiveram cólera. Mas sempre bebíamos água do rio. Hoje tomar faz mal, porque tem muita poluição. Vai ter um evento lá em Belém, que vai falar do meio ambiente, mas nós não vamos está lá, não vão nos ouvir. Quem vai falar por nós. Parece que vem muito estrangeiro.

Tudo mudou, nossa cidade mudou muito, o interior tudo. Eu conheci o Igarapé- Miri, igual interior, onde era aquele shopping era tudo comerciozinho, ali na frente do Amadeu, eu morei em Igarapé Miri, onde é o posto com meus parentes. Ai de tarde agente se preparava e ia pra rua, com uma gamela, gamela de pau, era uma bacia de pau, a gente ia para o meio da rua brincar fazer, castelo de areia, jogar areia na gamela. Sinto saudade desse tempo.

De madrugada os feirantes iam pra beira, para feira, nós acordávamos com o barulho do tamanco de pau, ploc, ploc, ploc, tamanco de pau com a torda de couro, tinha tamancos para homens e mulheres. Na cidade tu podia sair a hora que tu quisesses que não tinha marginalidade na cidade. Vamos dizer assim, por exemplo, tu ias fumando, tu pedias assim: – acende o meu cigarro, amigo. A pessoa acendia e não tinha marginalidade. Um dia assim, o pai ia fumando, tinha cigarro, não tinha isqueiro, então emprestava de quaisquer pessoas na rua. Eu conheci muito bem a cidade de Igarapé-miri, era só mangueira ali na frente, era se livrar de cachorro de noite, que bandidagem não se via.

Como eu morei lá desde a idade de nove anos, dez, dezesseis anos? Mudou muito, o que eu acho na marginalidade, cresceu muito, muito, inclusive no interior, que vivíamos tranquilos com nossas famílias. Hoje temos que andar atentos na cidade e no interior ficar de portas trancadas para as casas não serem assaltadas, antes dormíamos com as portas abertas, hoje temos que dormir com as portas fechadas, senão corremos o risco de serem invadidas.

Graças a Deus como aqui no rio a maioria é crente, não tem tantos assaltos como nos outros rios, que invadem as casas a qualquer hora do dia. Acho que os bandidos respeitam um pouco os crentes.

Converso com meu velho e ficamos pensando na situação que vivemos hoje. Vira e volta lembramos de alguma coisa. Parece que as coisas vão de mal a pior. Já pensou que as coisas estão ficando tudo caro? Além dos preços das mercadorias que está muito caro. Um dia desses eu fui fazer umas compras pra levar para casa, quase cair pra traz, eu comprei uma sacolinha, tudo por menos, quase eu caio para trás, uma sacolinha desse tamanho(gesticula), quase quinhentos reais, quatrocentos e poucos reais, não trouxe quase nada do nada.

Não tem, não tem quem dê conta mais, o salário que nós recebemos, como eu e ele. Nós ganhamos só o salário da aposentadoria, nós temos que calçar, vestir e comprar remédio. Olha faz 4 anos que estou doente, o que eu recebo praticamente é só para comprar remédio e para o meu tratamento e aí as outras coisas como é? Ah, tá muito, muito, a sobrevivência está muito.

Não tem como, não tem, eu digo, Deus tem que ter um apelo pra isso, não tem condições, tá terrível mesmo, desconforme. Eu peço que Deus crie uma situação em nosso favor. Para quem ganha um salário, agora uma caixa de café

custa 19 reais. Como a gente fica bem, fica doente, aí recebe mil e quinhentos, não dá um mês.

Naquela época gastamos menos com remédios, eram mais remédios caseiros e ainda tinham as benzedeiças também que faziam o remédio caseiro. Mas elas plantavam e tratavam com plantas, tinha chama, tinha hortelã, tinha anador. Tia Joana Fonseca também cuidava das crianças com remédios caseiros, ela morava aqui também.

Logo no início eu não era evangélica, não. Eu não sabia nem o que era. E o que era a crença? Eu era jovem. Eu tinha uma colega que o nome era Terezinha, que trabalhava como Secretária na época do Pastor Ataíde na igreja Assembléia de Deus de Igarapé-Miri. Escuta aí. Aí, quando ela era minha colega, eu ia para a aula junto com ela, eu estudava no grupo, na cidade. E quando eu vinha, dia de domingo, eu vinha para a beira, eu ia para a missa de manhã, a missa terminava mais cedo, eu parava lá na casa dela, estava na hora da Escola Bíblica Dominical, eu ia lá esperar minha colega Terezinha. Eu não sabia o que significava aquilo.

O que significava a crença, eu nem sabia. Aí, eu parava lá na porta esperando, ela estava ali, falando, pregando, chorando. Eu me perguntava: Por que estão chorando? Não sabia. Não sabia o que era. Aí, quando eu vim um dia, eu a chamei e perguntei. Ela foi me explicar o que era a crença.

Vim para cá para o Mamangal, mas levei ainda alguns anos para eu entrar na crença. Hoje graças à Deus sou evangélica, acredito que devido a minha grande fé em Deus tenho conseguido suportar os problemas que tenho enfrentado ultimamente. Graças a Deus, ele me alcançou. Olha, quando deu problema na minha vista, se Deus não fosse comigo acho que não teria resistido. O Covid então, nem se diga.

Só posso te dizer que o tempo bom aqui no Mamangal, tu não chegaste conhecer, houve uma mudança muito grande, antigamente não tínhamos energia elétrica, mas as famílias conversavam, pai tinha tempo pra conversar com filho e filho com antigamente não tinha tantas enfermidades que tem hoje. Mas antes voltasse para o que era pobre. Recordo daqueles calés que o pessoal remava... Eu lembro, eu lembro, que o pessoal ia pra Vila a remo trabalhar.

Eu lembro que quando eu peguei um trabalho no Casulo com criança, eu trabalhava na creche e passei a comprar carne pra nós comer. Credo, era uma delícia, aquele cheiro de carne, quando chegava a carne era um fenômeno porque

nós comíamos muita comida salgada e peixe. Eu criava galinha, porco, peru, tudo eu criava. Eu passei a lidar, ajudando a criar meus filhos Graças a Deus. Posso dizer que os tempos não eram fáceis, mas que sinto saudade desse tempo.

O relato de D.Maria das Graças fornece um retrato sensível da vida cotidiana ribeirinha. A relação com o rio e a natureza ocupa um lugar central em sua reflexão. Ela lembra, com saudade, da fartura de peixes, camarões e frutos do rio, destacando, talvez com algum grau de ilusão, que, no passado, a pesca era feita com respeito e consciência comunitária: pescava-se apenas o necessário, e a preservação do meio ambiente era prática comum, mesmo sem fiscalização formal. A comparação é crítica ao presente, tempo de malhadeiras, rabudos motorizados e técnicas predatórias, que alteraram, drasticamente, o ecossistema, tornando a pesca escassa e dificultando a sobrevivência de quem depende do rio. Para Maria das Graças, essas mudanças não são apenas ecológicas, mas sociais, pois afetam a alimentação, o modo de vida e a relação da comunidade com o território.

As transformações sociais também são pontuadas no relato, sob a refração da nostalgia. A infância é rememorada como tempo de obediência, trabalho responsável e respeito pelos mais velhos. Hoje, segundo Maria, a tecnologia, principalmente os celulares, interfere nesses laços, enfraquecendo a transmissão de saberes e tradições familiares e contribuindo para a perda de valores.

Como disse anteriormente, apesar de nostálgico, o relato de D.Maria das Graças é importante por focalizar a memória afetiva e as formas da sociabilidade ribeirinha. Assim, ela rememora a coleta de açaí, o preparo de alimentos, o cuidado com os filhos e a convivência familiar como momentos de alegria e aprendizado. Mesmo diante das dificuldades, essas lembranças carregam uma sensação de felicidade e completude. Ao comparar o passado, mais simples e comunitário, com o presente, marcado pela escassez e pelo individualismo, D.Maria faz do passado um instrumento para enfrentar desafios atuais.

Os saberes ribeirinhos – como observar a maré para prever a chuva ou preparar remédios caseiros –, também são destacados. Maria conecta essas práticas à saúde e à economia da comunidade, lembrando da dificuldade de manter alimentação e cuidados médicos apenas com aposentadoria, da dependência de remédios caros e da relevância do conhecimento popular, como o trabalho das benzedadeiras.

A educação dos filhos e a transmissão de valores também são lembradas com destaque: meninos acompanhavam os pais na pesca, na confecção de paneiros e no uso do matapi; meninas aprendiam nos afazeres domésticos. A perda

de práticas tradicionais – como pedir bênção aos mais velhos ou ouvir os adultos –, evidencia, para Maria, a ruptura de valores que sustentavam a vida coletiva.

Maria das Graças vê sua memória como um espaço de resistência cultural. Ao recordar o passado, ela reorganiza experiências, valores e aprendizagens, construindo uma leitura crítica do presente e das transformações sociais. Sua identidade se afirma ao se reconhecer como mãe, dona de casa e educadora, articulando experiências individuais a normas e práticas coletivas de sua geração. Segundo Halbwachs (1990), a memória individual só se torna inteligível quando ancorada nos quadros sociais que lhe dão forma e significado.

A cidade de Igarapé-Miri também ocupa lugar especial em sua memória. Maria lembra de ruas tranquilas, pequenos comércios e da liberdade de brincar nas ruas, associada a uma sensação de segurança que hoje se perdeu. Os sons dos tamancos de madeira dos feirantes, o “ploc, ploc” ecoando pelas ruas e outros detalhes do cotidiano não eram apenas ruídos: eram sinais de movimento, trabalho e confiança. Para Bosi (1994), a memória não apenas recorda, mas interpreta a própria vida em diálogo com a história coletiva, fortalecendo vínculos e pertencimento. Nessa linha, elementos como o rio, a pesca, a coleta do açaí e a rotina familiar funcionam como lugares de memória (P.Nora, 1984-1992).

4. João de Souza Paiva (João Boi), 90 anos.

Ouvia falar de João de Souza Paiva, conhecido como João Boi, referência constante nas memórias dos moradores de Igarapé-Miri e da região do Mamangal. Seu nome surgia, com frequência, quando antigos trabalhadores recordavam experiências ligadas aos engenhos, às rotinas de trabalho e às relações estabelecidas naquele período. Por essa razão, busquei seu contato e o convidei para participar destes registros, considerando sua trajetória singular: João Paiva foi dono de engenho e, nessa condição, manteve vínculos diretos com muitos trabalhadores da ilha Mamangal e de comunidades vizinhas, ocupando uma posição central na organização produtiva local. Nosso primeiro contato ocorreu em 2024, quando iniciamos o diálogo que deu origem a este registro.

Assim, a escolha de João Boi, proprietário de engenho, justifica-se pela relevância de seu testemunho para a compreensão do trabalho nos engenhos de Igarapé-Miri. Seu relato oferece uma visão abrangente das formas de organização

da produção, das transformações ao longo do tempo e, sobretudo, das relações estabelecidas entre patrões e trabalhadores.

Meu nome é João de Souza Paiva, tenho 90 anos, mas todo mundo me chama de João Boi, o município inteiro me chama assim, eu nasci no rio Furo do Seco aqui em Igarapé-Miri-Pará, eu tenho história. Sou filho de Benita Ferreira de Souza, minha mãe era muito trabalhadora, era trabalhadora doméstica, comecei a trabalhar com meu pai quando ainda era um molecote. Antes era assim as crianças, os jovens trabalhavam muito cedo, ajudando principalmente nas atividades de casa. Mas tem uma coisa, eu nunca trabalhei em trabalhos pesados como outras crianças da época. Como meu pai trabalhava nos engenhos, quando eu ainda era rapazinho comecei a trabalhar nos engenhos por aqui pela comunidade e de outros rios próximos, porque com o tempo adquiri uma experiência com mecânica.

Eu trabalhava no engenho dos outros, quer dizer eu era mecânico dos engenhos, eu era o mestre. Quebrava qualquer coisa, dava qualquer prego no engenho, iam me buscar para eu reparar.

Conheci muitos engenhos. Antigamente os primeiros engenhos de Igarapé-Miri, funcionavam a vapor d'água. Mas, nessa época, eu ainda era bem novinho, tenho só algumas lembranças, mas não tive contato com esse tipo de engenho, nem trabalhei, mas lembro do lugar onde ficava, um desses engenhos. Quando passo lá só vejo o lugar onde tinha esse engenho. Inclusive tem uma roda grande assim de pau, que era de lá do engenho.

Mas vou te dizer que tenho muita experiência com o trabalho do engenho e todo trabalho que acontece dentro dos engenhos até chegar na cachaça, mas um trabalho que eu nunca fiz foi trabalhar no roçado, eu até tentei, mas eu não consegui. Na realidade, minha família tinha uma condiçãozinha, acredito que nós éramos da classe média, não precisava ser forçado nesse tipo de trabalho. Eu fui, mas não dei conta, o meu primeiro serviço no engenho foi carregar bagaço seco, quando eu era moleque, depois já fui para o verde.

Na minha infância trabalhei com José Roberto dos Santos, que era morador do Furo do Seco, e possuía um engenho chamado São Paulo. Era o pior engenho da época, da região, tratava os trabalhadores como escravos, estou lhe falando. Eu comprei o engenho São João do Tito Martins.

Mas ele não tinha o nome de São João quando era do Tito, era chamado de São José. Depois de alguns anos comprei outro engenho e dei para meu genro Manoel Garrote trabalhar. Eu dei para ele, porque já tinha o engenho São João, que

ficava no furo do Seco, aí pensei que não teria tempo para cuidar dos dois engenhos.

O pai do dono desse engenho (São Paulo), os filhos mandaram chamar ele pra olhar o engenho, ele chegou, olhou o engenho e tal. Um velho brabo, velho Tito Martins e aí disse que ia vender para o sócio, que ia arrendar, porque não ia preparar o engenho. Eu bebendo com finado Janguito Reis, nós bebendo ele disse olha eu vou arrendar o engenho para nós, quando foi no outro dia, de lá eu comprei o São Paulo, o São Paulo eu comprei, esse agora era meu, fiz um e dei para o Janguito.

Fiquei tomando conta do engenho São João no furo do Seco e meu genro, Manoel Garrote, ficou gerenciando o engenho São Paulo. Mas tem uma situação aí, eu também era dono de roçados próprios que forneciam cana para meus engenhos, mas eu apesar de ter meus roçados espalhados por aí, eu comprava cana dos outros agricultores também. Sabe, meus engenhos tinham um número muito grande de trabalhadores, muito mesmo, tanto do Furo do Seco como nas comunidades vizinhas.

Eu tinha muitos empregados, eu cheguei a ter cento e poucos, eu era, entre canavialista, que trabalhava lá no engenho mesmo, eu fui um engenheiro muito forte, nunca eu humilhei trabalhador, nunca briguei com trabalhador, eu fui escravo de trabalhador. Adoecia eu mandava curar, morria eu mesmo vinha enterrar, os outros (donos de engenho) não.

Meus trabalhadores eram todos da região, entre esses trabalhadores tinha alguns negros, mas eu não fazia distinção entre os trabalhadores, tratando todos iguais, inclusive vou te contar: lembro de um trabalhador em especial, o Mundinho, que trabalhou por muitos anos comigo nos trabalhos do engenho e trabalhos meus. Mundinho não media dificuldade para realizar as tarefas, para ele não tinha tempo ruim.

Mas eu era diferente de muitos engenheiros da região, sempre me preocupava com o bem dos trabalhadores, pagava meus funcionários direitinho, principalmente aqueles que me forneciam a cana para o meu engenho. O dinheiro deles era seguro. Sabe, sem cana não tinha trabalho, não tinha cachaça. Não tinha nada. Então, tinha que priorizar essas coisas também.

Sabe, você pode até não acreditar, mas eu tinha uma boa relação com meus trabalhadores, eu ajudava muito eles e ainda ajudo, não ajudava só os meus

trabalhadores, mas outros moradores que trabalhavam em outros engenhos em condições difíceis.

Olha, nessa época os donos de engenhos tratavam muito mal seus trabalhadores, principalmente os negros e os que vinham de outros lugares. Nesses engenhos os trabalhadores não viam o dinheiro. Mas, comigo era diferente, tinha uma relação boa com eles e já ajudei muitas pessoas naquela região, eu era muito diferente. Eu fui diferente dos primeiros engenheiros, eles humilhavam, mandavam plantar cana, ah, eu não, eu ajudava, basta dizer que um pai de família veio pedir pra mim que o filho ia morrer, e que se eu fazia o enterro do filho dele, eu morava bem defronte da onde ele trabalhava no engenho São Paulo, eu respondi: mando, eu mandava enterrar, e mas eu já fiz muita coisa, já ajudei muita gente, graças a Deus.

Quando eu era só mecânico das máquinas, eu cheguei ver como era o pagamento da cana e do próprio trabalho. Os trabalhadores trocavam a cana e o trabalho por mercadorias que o próprio dono de engenho vendia nos comércios. Lembro que quando queriam outras coisas que não tinha no comércio, recebiam uma ficha, que seria como um crédito para comprar em outros lugares. Mas, eu, João Boi, no meu engenho era diferente, comigo era diferente. Você pode perguntar para qualquer um trabalhador meu.

Estou lhe falando, nos primeiros engenhos, os engenheiros ele pagavam assim com ficha, só pra acertar sábado, eu não, eu chego, todas oito horas do dia eu pagava o dinheiro deles, eu tinha um comércio grande e lá eles compravam se quisesse. Oito horas do dia eu pagava, eu não tinha conta para fazer, o pessoal [donos de engenhos] não, levavam semanas para fazer conta, humilhavam os trabalhadores, eles só trabalhavam com ficha, eu não, eu puxava o dinheiro.

Posso te dizer que tinha uma relação muito boa com todos eles que trabalhavam comigo, tanto é que no período da Semana Santa e Natal, mandava fazer uma torta grande, bonita e enfeitada, para repartir um pedaço grande acompanhado com refrigerante para cada trabalhador. Eles ficavam muito alegres e eu também.

Sabe, vou te contar uma situação que me deixou e me deixa muito triste. Você sabe que falam muito mal dos engenheiros, dos donos de engenho. Falam que eram pessoas cruéis, que exploram as pessoas, que exploravam os negros, que não pagavam direito, que as pessoas tinham que comprar as coisas nos comércios com

valores muito elevado. Pois é, isso tudo acontecia realmente. Mas eu já era de outros tempos, eu não era assim.

Então, continuando, fiquei muito triste porque outro dia minha neta chegou da escola e me perguntou se eu era uma pessoa ruim. Eu perguntei porquê. Ela disse que havia estudado na escola sobre a cana e os donos de engenho e ficou sabendo que os donos do engenho eram pessoas ruins. Eu tentei explicar tudo para minha neta. Mas fico pensando quantas pessoas ainda me acham muito ruim. E isso é triste, viu.

Eu sou o último e único engenheiro, dono de engenho vivo aqui em Igarapé-Miri, o resto já morreram todos. Agora, o último engenheiro que tem sou eu, com 90 anos, mas posso dizer que tenho 70. Não posso dizer? É ou não é? Já lutei muito para sobreviver. Peguei COVID-19, que me deixou alguns problemas, minha saúde não é mais a mesma. Mas, graças a Deus estou lúcido, gosto muito de brincar com as pessoas, gosto de ver as pessoas felizes.

Hoje não trabalho mais, moro aqui eu, minha mulher, que tem problemas de saúde, e não lembra de muita coisa, e minha filha. Ainda tenho vontade de sair, de ir à igreja. Às vezes meu filho me leva. Outras vezes fico só escutando celebrarem aqui de casa, dessa igreja daí da frente.

Mas posso dizer que sou muito feliz, eu não sou uma pessoa ruim, tu entende? Não é porque outros donos de engenho eram ruins que eu era também. Se você puder conversar com o Gaguinho, ele trabalhou muito tempo comigo e vai dizer quem era João Boi.

A trajetória de João Boi se articula, estreitamente, à produção do açúcar nos engenhos de Igarapé-Miri. Contando do início precoce no trabalho e do aprendizado nos engenhos, João Boi situa sua experiência em um tempo histórico no qual o trabalho infantil era naturalizado na dinâmica familiar, especialmente nos contextos ribeirinhos e rurais. Sua fala evidencia, entretanto, que essas experiências não eram geracionalmente homogêneas, antes variavam conforme as condições econômicas das famílias e as funções exercidas no sistema produtivo.

Ao longo do relato, destaca-se a centralidade do engenho não apenas como espaço de produção, mas como lugar de convivência, de circulação de pessoas e de construção de relações sociais. João Boi descreve o funcionamento dos engenhos, as transformações tecnológicas e a divisão do trabalho, ao mesmo tempo em que enfatiza o fluxo intenso de trabalhadores provenientes de diferentes comunidades. Essa dimensão coletiva da atividade evidencia como os engenhos estruturavam o cotidiano local e organizavam a vida econômica de muitas famílias, afetando além das relações de trabalho.

Nesse sentido, um aspecto que atravessa todo o relato de João Boi é sua preocupação em diferenciar sua forma de conduzir o trabalho daquela praticada por outros donos de engenho. Para tanto, enfatiza o pagamento diário, em dinheiro, o cuidado com os trabalhadores e o reconhecimento da importância daqueles que forneciam a matéria-prima, na intenção de se distanciar das imagens correntes da exploração do trabalho na região.

Sua fala não nega a existência de práticas exploratórias nos engenhos, que julga atingir, sobretudo, trabalhadores afro-descendentes e migrantes, mas procura situar sua própria atuação como uma experiência distinta nesse contexto mais amplo de desigualdades. Seu testemunho pode ser compreendido como um exercício de defesa de sua própria trajetória, marcada pelo desejo de ser reconhecido não como opressor, mas como alguém que agiu de forma ética em um sistema historicamente desigual.

João Boi se reconhece como alguém que resistiu ao tempo, às doenças e às transformações sociais, mantendo viva a memória de uma atividade que marcou profundamente a história de Igarapé-Miri. A ênfase que dá ao fato de ser o último engenheiro [dono de engenho] vivo da região vem reforçar a legitimidade de seu testemunho sobre um tempo que já não pode mais ser acessado diretamente, por meio de outros protagonistas.

Por fim, o relato de João Boi evidencia a potência da memória oral como instrumento de compreensão da história local. Sua fala contribui para ampliar o entendimento sobre o trabalho nos engenhos de Igarapé-Miri, revelando a violência daquele regime, mas também, de modo importante, suas contradições e espaços de ambiguidade.

5. Arlete Pinheiro Ferreira, 79 anos, Rio Mamangal Grande.

Arlete Pinheiro Ferreira é minha mãe. Escolhi incluir seu relato não em função do vínculo de parentesco, mas por reconhecer seu protagonismo na vida ribeirinha do Mamangal Grande. Arlete viveu e participou, ativamente, das práticas produtivas, da educação e da organização social locais. Seu testemunho me pareceu agregar uma dimensão importante do trabalho feminino, sobretudo na extração da borracha na região. Além disso, vale notar que Arlete, mesmo sem estudo formal, foi professora e fundou uma escola primária em Mamangal-Grande. Concluiu o curso superior, bem mais tarde, depois de haver criado os filhos. Só se aposentou compulsoriamente, aos 75 anos.

Registrei o relato que segue em julho de 2024. Evidentemente, nosso vínculo de parentesco influi nas escolhas temáticas de Arlete e deve ser ponderado na leitura. Porém, tal inflexão não suprime o valor desta fala como testemunho e memória.

Meu nome é Arlete Pinheiro Ferreira, nasci em 1946 e tenho 79 anos. Cresci e nasci aqui mesmo, no Mamangal Grande. Minha mãe era Maria Joaquina Quaresma, conhecida como Niquinha, que já faleceu. Eu era neta de Maria Raimunda e Carlito Quaresma. Meu pai era português, chamado Euclides Pinheiro Pantoja. A mãe dele, Jovelina, não era daqui do rio, era do rio São Bento. Minha avó materna era descendente de negros, e meu avô materno era português. Por isso nossa assinatura é Pinheiro, dizem que em Portugal havia muitas árvores de pinheiro. Minha avó paterna era branca, com olhos gateados, assim como meu avô.

Minha mãe, Niquinha, desde mocinha, era muito trabalhadora e dedicada. Ela sempre esteve trabalhando na lavoura, cortando arroz, seringa e quebrando milho, esse era o trabalho dela. Como filha mais velha, desde cedo comecei a trabalhar com ela no mato. Entre os 10 e 15 anos, eu ajudava minha mãe nesse trabalho e também cortava seringa.

Durante a semana, quando chegava em casa, almoçava e à tarde ia cortar arroz com ela. Além disso, ajudava a capinar a lavoura dos meus tios: Estevam Pinheiro, Davi Quaresma e Pequenino Quaresma. Trabalhamos muito. Às vezes penso nisso e sinto muita pena da minha mãe, do quanto ela trabalhava todos os dias. Era a mesma rotina: cortar arroz, cortar seringa, quebrar milho. Era duro ter que acordar cedo, mas não havia outro jeito, era preciso trabalhar.

Passávamos a manhã inteira no mato, colhendo o leite de seringa para conseguir, ao final da semana, uma quantia de alambique. Depois de formar aquela bola grande de samambi, procurávamos um vendedor na comunidade. Minha mãe evitava ao máximo pegar dinheiro adiantado dos compradores. Preferia vender mais barato para receber o dinheiro em espécie. Ela colhia a borracha e ia vender na mercearia do senhor Geraldo Sinimbu, que era o único que pagava em dinheiro, mesmo que pagasse um pouco menos.

Nosso trabalho não era somente com seringa. Eu, meus irmãos e minha mãe também saíamos para pegar fruta de ucuuba no rio, para conseguir um valor extra. Usávamos a mão de juda, que era uma vara com uma paneirinho tipo um coador na ponta, pegávamos o casquinho e íamos para o rio, principalmente quando havia maré grande. Também colhíamos a andiroba, e a gente vendia também para o senhor Geraldo Sinimbu. Essas frutas eram retiradas da água e depois de secas, eram vendidas.

Quando eu tinha cerca de 15 anos, ia mais vezes para o mato com minha mãe nos finais de semana, porque durante a semana precisava cuidar dos afazeres de casa. Quando terminava cedo minhas tarefas, ainda ia ajudar ela no roçado. Minha mãe foi uma verdadeira guerreira, trabalhou muito. Por causa do tempo que trabalhei no sol, ficando muito tempo exposta ao sol forte, hoje tenho várias doenças de pele e preciso fazer cirurgias, de tempos em tempos. A doutora disse que isso foi consequência do sol quente que peguei trabalhando no roçado de cana, e eu concordo, porque realmente trabalhei muito nesse mato.

Meu pai também trabalhava muito. Ele era líder de equipe e cuidava das lavouras. Infelizmente, morreu de câncer de pele, consequência do sol forte que pegou ao longo dos anos para nos sustentar. Agora tem protetor, para passar quando vai para o sol. Antes era sem protetor sem nada, era sol, era maruim, era carapanã e não tinha nada, tinha que encarar o trabalho.

É quando eu tinha 15 anos, eu lembro que começamos a trabalhar mais pesado, eu trabalhava mais duro mesmo no roçado, junto com meus irmãos, minha mãe, meu pai. Esse trabalho era muito duro. E eu lembro que depois que eu completei 15 anos, minha mãe começou a fazer doce e vender nas festas. Ela fazia sequilho, cocada, beijo de moça, amêndoas e vendia nas festas. Ela colocava tudo numa mala, acendia uma lamparina que ela usava para iluminar o espaço, porque antes as festas eram feitas a lamparina e passava a noite vendendo, só retornando no outro dia de manhã para casa. Ela chegava em casa, cuidava dos afazeres e às vezes ela descansava à tarde. Isso quando ela não ia para o roçado.

Eu lembro que quando eu tinha 16 anos, sonhava ter um dente de ouro. Era tipo uma capa que era metida no dente. Era um dente de ouro. Quem tinha um dente de ouro e eu sonhava em ter um dente de ouro, mas meus pais não tinham condição de bancar e comprar um dente. Não mesmo, não tinha, não tinham. Só cortando seringa não tinha como. Ninguém conseguiria. Então minha tia, que era capataz de um roçado de um tio nosso, nos levava pra trabalhar. A gente capinava, roçava a mata no meio da cana, no roçado da cana. Trabalhávamos tanto que às vezes parecia que até construíram um banco na nossa costa, tanto que doía, mas nós trabalhávamos o dia inteiro.

Um dia minha tia se ajoelhou pra descansar quando deu um vento forte e veio um barulho do meio do mato. E um dos meus primos que estava lá cortando a cana, gritou: – manda mãe nossa, pouca mas grossa, pensando que era chuva que viria. E

quando deu, veio um grande barulho do meio do mato e nós corríamos e caíamos, perdemos tudo o que nós tínhamos, o sarnambi, o leite que já tinha coletado, tudo.

Mas não era só minha mãe que realizava esse trabalho. Muitas mulheres aqui do rio faziam esse trabalho. E as meninas também, quando iam ficando mocinha, esse era o trabalho delas. E meu pai, ele continuou trabalhando no roçado, plantando arroz, milho, e também começou a trabalhar no Engenho São João, para um senhor que o nome dele era chamado Ranolfo. Então tudo o que ele produzia, toda a produção da lavoura era vendida para ele. Além disso, meu pai fazia roçado de cana, arroz, milho, vendendo todos os produtos para o Ranolfo. Então ele pegava o dinheiro do Ranolfo, meu pai contratava trabalhador, meus irmãos também trabalhavam, e ele fazia os roçados e tudo o que ele produzia, ele entregava para o Ranolfo.

Aqui no interior, havia um senhor chamado Santinho, ele possuía uma mercearia forte, vendendo comida e vários produtos ele vendia. Ele vendia fiado, mas ele só vendia quando era autorizado pelos donos dos engenhos, para os trabalhadores irem comprar lá. Então, os trabalhadores que queriam comprar lá nele, eles levavam uma ordem lá dos donos do engenho, e iam lá comprar com a ordem principalmente do Izidório, essas pessoas que eram donos do engenho autorizavam os trabalhadores a ir lá comprar.

Alguns moradores tinham crédito direto, não precisava dessas ordens para ele poderia comprar lá: o Sabá, o Dezito, o João Quaresma, não precisava dessa autorização, mas os outros menores que não tinham uma fiança, não tinham um dinheiro, precisavam de ordem dos donos de engenho para comprar semanalmente. Mas depois que esses engenhos fecharam, o Santinho, ele mudou. Ele se mudou para a cidade e comprou uma casa e abriu uma mercearia maior, que foi evoluindo, evoluindo até se tornar um armazém. Hoje ele é falecido, mas deixou um bom patrimônio para a esposa dele, Marquesa Quaresma e seus filhos que continuam no negócio. Foi um homem que deixou saudade aqui no rio, que matou a fome de muita gente. Eu sei que era vendido, mas aí o que a gente precisava ia comprar no comércio dele.

Depois, eu me casei e passei a cuidar da casa. Meu marido já trabalhava com açá, e eu ficava responsável pelos afazeres domésticos. Engravidei, tive filhos, e meu marido continuava trabalhando.

Um dia, chamaram meu marido para dar aula. Ele não tinha série concluída, mas sabia ler bem e fazer contas. No entanto, ele não quis ser professor. Nessa época, durante a gestão do prefeito Manoel da Paixão, recebi um convite para me tornar professora. Eu não tinha estudo formal; sabia ler, escrever e fazer contas, mas não tinha concluído nem a quarta série. Mesmo assim, aceitei o convite.

Em 1983, comecei minha trajetória como professora. Inicialmente, apenas para o ensino primário. Era conhecida como professora leiga, porque não tinha formação formal. A oportunidade veio através do vereador da Vila Maiauatá, Arthur Amaral. Naquele tempo não havia escola na comunidade, então fundei uma escola e dei o nome de Vamos com Deus, aqui no Mamangal Grande. Trabalhei por muitos anos na formação primária, dedicando-me a ensinar crianças da comunidade.

Após meu filho crescer e concluir o ensino médio, eu também consegui, muitos anos depois, concluir o nível superior. Aos 69 anos, com 30 anos de serviço, consegui me aposentar. Aos 75 anos, fui afastada das minhas atividades pelo prefeito Roberto Pina, o que me causou muita tristeza. A mudança afetou minha saúde, e várias doenças começaram a aparecer. Minha vida deixou de ser como antes: eu era alegre, gostava de sair, visitar amigos. Hoje, fico mais em casa, cuidando de uma pequena mercearia que tenho, mas continuo me sentindo honrada por tudo que construí ao longo da vida.

O relato de Arlete Pinheiro Ferreira ilumina vários aspectos do trabalho feminino no contexto local. A participação no corte de seringa, no cultivo do arroz, do milho e da cana, bem como na coleta de frutos como ucuúba e andiroba, revela um cotidiano profundamente atravessado pela economia extrativa e agrícola, no qual mulheres, homens e crianças compartilhavam responsabilidades produtivas. Esse aspecto é central para compreender a naturalização do trabalho infantil no contexto amazônico.

A figura materna, Maria Joaquina Quaresma, emerge no relato como eixo fundamental da memória de Arlete. A mãe é descrita como trabalhadora incansável, símbolo de uma geração de mulheres ribeirinhas cuja força física e dedicação sustentaram a economia doméstica e comunitária. Ao recordar a rotina exaustiva da mãe, Arlete expressa sentimentos ambíguos: admiração, respeito e, sobretudo, compaixão. Essa memória afetiva revela como o trabalho feminino, embora central, foi historicamente invisibilizado e naturalizado como obrigação, sem reconhecimento social ou proteção institucional.

O corpo ocupa um lugar central na narrativa. Arlete associa diretamente às doenças de pele que enfrenta na velhice às longas jornadas de trabalho sob o sol intenso, sem qualquer tipo de proteção. O mesmo ocorre com a memória da morte do pai, vítima de câncer de pele, resultado de anos de exposição ao sol. Nesse sentido, o relato evidencia como o trabalho deixou marcas físicas duradouras, transformando o corpo em arquivo da experiência vivida. O sofrimento comparece como consequência concreta de um modelo de trabalho marcado pela ausência de direitos, de assistência à saúde e de políticas públicas voltadas à população ribeirinha.

Outro aspecto relevante do relato é a descrição das relações econômicas mediadas pelos engenhos, pelas mercearias e pelo sistema de crédito. A fala de Arlete explicita as assimetrias de poder presentes nessas relações, sobretudo por meio do controle do acesso ao consumo, exercido pelos donos de engenho e comerciantes. A necessidade de autorização para comprar fiado, a dependência econômica e a venda da produção a preços impostos revelam práticas no campo do aviamento, ainda que adaptadas às especificidades locais. Ao mesmo tempo, Arlete reconhece a ambiguidade dessas figuras, como no caso do comerciante Santinho, lembrado tanto como vendedor quanto como alguém que “matou a fome de muita

gente”. Essa ambivalência reforça a complexidade das relações sociais na região, marcadas também pelo clientelismo.

O trabalho feminino ganha especial destaque na narrativa. Arlete enfatiza que não apenas sua mãe, mas muitas mulheres e meninas do rio exerciam atividades pesadas no roçado, na extração da borracha e na coleta de frutos. Além disso, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a produção de doces para venda nas festas duplicavam a jornada de trabalho das mulheres, estendendo-a para a noite e os fins de semana. A imagem da mãe vendendo doces à luz de lamparina, passando a noite fora e retornando ao amanhecer para retomar os afazeres domésticos, sintetiza a sobrecarga feminina e a centralidade do trabalho das mulheres na economia ribeirinha.

A transição de Arlete para a docência representa um ponto de inflexão em sua trajetória. Tornar-se professora, mesmo sem formação formal, insere-se em um contexto histórico de escassez de profissionais qualificados nas áreas rurais e ribeirinhas. Sua atuação como professora leiga e fundadora de uma escola primária no Mamangal Grande revela não apenas iniciativa individual, mas também compromisso coletivo com a educação comunitária. A escola surge como espaço de transformação social, ampliando horizontes e oferecendo novas possibilidades às crianças da comunidade.

A conquista tardia do ensino superior e a permanência no magistério até os 75 anos reforçam a dimensão de perseverança presente em sua trajetória. Arlete rompe, em certa medida, com expectativas sociais impostas às mulheres de sua geração, ao investir na própria formação em idade avançada. Contudo, o afastamento compulsório de suas funções, narrado com tristeza, evidencia como as rupturas institucionais também produzem impactos subjetivos profundos. A aposentadoria, longe de ser vivida apenas como descanso, é apresentada como perda de sentido, afetando sua saúde e sua forma de estar no mundo.

Por fim, o relato de Arlete articula memória individual e memória coletiva. Ao narrar sua própria vida, ela narra também a história do Mamangal Grande, de suas formas de trabalho, de suas redes de sociabilidade e de suas transformações ao longo do tempo. Sua fala constitui uma fonte privilegiada para compreender a experiência feminina no contexto ribeirinho amazônico, revelando como trabalho, gênero, educação e território se entrelaçam na construção da vida social. Assim, o testemunho de Arlete Pinheiro Ferreira não apenas preserva a memória de uma

trajetória singular, mas contribui para a compreensão histórica de um modo de vida marcado pela luta cotidiana e pela resistência silenciosa.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da grande relevância das fontes orais para a história do trabalho na Amazônia, que podem enriquecer a historiografia. Apesar de seu escopo modesto, iluminou, sobretudo, experiências vividas por décadas, que sustentaram a vida econômica e social de suas comunidades. Assim, os cinco relatos que compõem a presente dissertação permitem acessar a dimensão da experiência, evidenciando práticas, valores, sentimentos e saberes construídos no cotidiano ribeirinho da Ilha Mamangal Grande.

Os depoimentos que o trabalho não se restringia a uma atividade produtiva isolada, mas organizava o tempo, as relações familiares, a infância, as formas de sociabilidade e a própria percepção de mundo, reiterando, assim, a descrição clássica de Thompson (1998) sobre o trabalho não-industrial. Desde cedo, homens e mulheres aprenderam a lidar com o manejo da agricultura e a se relacionar com as marés, incorporando técnicas e conhecimentos transmitidos entre gerações. Essas experiências revelam um vínculo profundo entre trabalho, território e natureza, característica marcante da vida amazônica, em que o ritmo da produção se articula diretamente às condições ambientais e às dinâmicas do rio.

Ao reunir relatos da comunidade ribeirinha do Mamangal Grande, localizada no município de Igarapé-Miri (PA), o estudo pode verificar que a articulação entre as práticas produtivas, a vida cotidiana e os saberes tradicionais são elementos centrais na construção da memória social da comunidade. A leitura dos relatos reitera, ainda, que o trabalho foi, ao mesmo tempo, espaço de aprendizagem e de sofrimento. Os relatos trazem à tona jornadas longas, esforços físicos intensos e condições muitas vezes precárias, mas também permitem perceber estratégias de solidariedade, cooperação e resistência construídas coletivamente. Nesse sentido, os interlocutores desse estudo, muito mais do que sujeitos atingidos por estruturas econômicas desiguais, surgem como agentes históricos que desenvolveram formas próprias de organização e luta pela vida, reafirmando sua dignidade e seu modo próprio de existência.

Incorporados à pesquisa histórica, esses relatos (e outros que seguirão) podem contribuir para o reconhecimento da comunidade como produtora de

conhecimento e de história, valorizando vozes que, por muito tempo, foram silenciadas ou pouco consideradas nos estudos acadêmicos.

Para a historiografia da Amazônia, os relatos contribuem para ampliar a compreensão sobre o trabalho em contextos ribeirinhos, evidenciando especificidades regionais que desafiam generalizações sobre a experiência laboral no Brasil. Eles revelam uma Amazônia vivida, trabalhada e sentida, construída por pessoas que tiveram papel fundamental nos processos econômicos e sociais da região. Reconhecendo nos relatos do cotidiano aspectos essenciais para compreender a complexidade da experiência amazônica, este estudo espera ter contribuído para uma escrita da história mais sensível, plural e comprometida com a valorização das memórias locais.

IV. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aldemira Ferreira de. 2016 Mulheres trabalhando em seringais acreanos (1960/1980). Dissertação de Mestrado inédita, PPG em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- ARAÚJO, Isaac Fonseca. 2015 Território de ação local: uma etnografia da vida associativa da Amazônia Tocantina. 2015. Dissertação de Mestrado inédita, PPG em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.
- ASSOCIAÇÃO dos assentados Ilha Mamangais de Igarapé-Miri. 2023. Disponível em: <http://cnpj.info/Associacao-dos-Assentados-Ilha-Mamangais-de-Igarape-Miri>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- BOSI, Ecléa. 2014. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Memória, trabalho e identidade*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHIZZOTTI, Antônio. 2006. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez.
- Conferência Nacional de Bispos no Brasil (CNBB) 1979. Campanha da fraternidade "Preserve o que é de todos". <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade>.
- D'OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. 1899. *Chronica de Igarapé-Miry*. Belém: Tip. da Imprensa Oficial.
- DUARTE, Durango. 2020. *RUBBER: apogeu e declínio da borracha no Amazonas*. [S. l.: s. n.].

- FARAGE, Nádía. 1997. As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapishana. Tese de doutorado inédita, PPG em Estudos Comparados de Literatura, FFLCH, Universidade de São Paulo.
- GOMES, Carlos Valério Aguiar. 2018. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 13,1 (jan-abr 2018):129-146. Belém. ,DOI: <https://doi.org/10.1590/1981.81222018000100007>.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Jornal de Abaetetuba. 2011. Marombas de Abaetetuba: realidade social. Abaetetuba, Pará.
<https://ojornaldeabaetetuba.webnode.com.br/news/marombas-de-abaetetuba-realidade-social/>
acesso em: 22 dezembro 2023.
- LOBATO, Eládio. 2007. *Caminho de Canoa Pequena*. 3. ed. Belém: [s. n.].
- LOBATO, Cesarina Corrêa; SOARES, Crisálida Pantoja. 2022. *Luar*. 1. ed. Belém: Paka-Tatu.
- LOBO, Ederson Ferreira; PIMENTEL, Gracileno Trindade. 2021. A formação socioespacial de Igarapé-Miri e seu atual significado na rede urbana do Baixo Tocantins. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 8, 1 (jan-jun 2021):165-187.
- PEREIRA, Mayane Carneiro Alves; SANTOS, Lúcia de Fátima da Silva; MOURA, Thais Norberta Bezerra de; PEREIRA, Layane Carneiro Alves. 2016. Contribuições da socialização e das políticas públicas para a promoção do envelhecimento saudável: uma revisão de literatura. *RBPS - Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, 29, 2 (abr-jun 2016): 285-293.
- MEIRA, M. 2018 A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico [online]. São Carlos: EdUFSCar. <https://doi.org/10.7476/9786586768435.0009>.
- NEGREIROS, Maurício Guedes. 2014 Famílias nos seringais: costumes amazônicos e afazeres no município de Afuá-PA. *Revista Tempo Amazônico* 2,1 (jun-dez 2014):67-81.
- OTAZU, Miguel Javier Aramburu. 1992. O poder dialógico: etnografias sobre relações de trabalho na Amazônia. Dissertação de Mestrado inédita. PPGAS – Universidade de Campinas, Campinas.
- NORA, Pierre. 1984-1992 *Lugares de memória [Les Lieux de Mémoire]*. 3v. Paris: Éditions Gallimard.

POLLAK, Michel. 1992 Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, 5,10:200-212.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI. 2021 Secretaria Municipal de Saúde. Plano municipal de saúde 2022/2025. Disponível em: <https://igarapemiri.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/PMS-aprovado-na-conferencia-2022-2025-02-01.10.21final-01.pdf>. Acesso em: 3 de maio de 2023.

PUREZA, Odirfax. 2010 Elementos de uma comunidade ribeirinha. Belém.

PUREZA, Odirfax Quaresma. 2022 Agregando informações sobre a família Quaresma do Mamangal Grande. Belém.

REIS, Adebaro Alves dos. 2008. Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA). Dissertação de Mestrado inédita em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTIAGO, J. **Igarapé-Miri: a verdadeira terra da cachaça**. Belém: FCPTN, 2013.

SANTOS, Heralda Ferreira. A questão fundiária nos assentamentos agroextrativistas da Amazônia: o estudo de caso do Assentamento Agroextrativista Ilha Jarimbu, no município de Igarapé-Miri, PA. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8.; *SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2017. p. 1-13.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In: Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.